

CADERNOS FÉ & POLÍTICA



Mercado, Comunidade e Religião

Pedro A. Ribeiro de Oliveira

Capitalismo, Desenvolvimento e Justiça

Paul Singer

Cuba e o Dom da Vida

Frei Betto

Direitos Humanos a partir da Nova Cosmologia

Leonardo Boff

Ser Parlamentar e ser Cristão

Selvino Heck

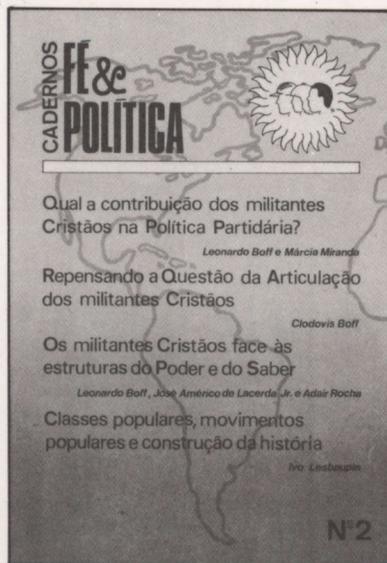
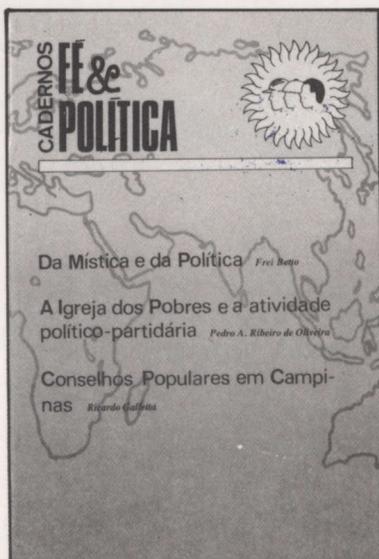
Relatório da Assembléia e Retiro do MF&P - Alto da Boa Vista (RJ),
março de 1992

Claudio Vereza

Crônica: Do céu, vê-se tudo

Maurício Abdalla Guerrieri

Nº7



CADERNOS DE FÉ & POLÍTICA - Nº 1

- Princípios do Movimento Fé & Política -
- Memória do Seminário sobre Fé & Política / Maristela e Juninho
- Da Mística e da Política / Fr. Betto
- A Igreja dos Pobres e a Atividade Político-partidária / Pedro A. Ribeiro de Oliveira
- Conselhos Populares e Administração Petista em Campinas / Ricardo Galletta

CADERNOS DE FÉ & POLÍTICA - Nº 2

- Qual a Contribuição dos Militantes Cristãos na Política Partidária? / Leonardo Boff e Márcia Miranda
- Repensando a Questão da Articulação dos Militantes Cristãos / Clodovis Boff
- Os Militantes Cristãos face às Estruturas do Poder e do Saber / Leonardo Boff - José Américo Lacerda Junior e Adair Rocha
- Classes Populares, Movimentos Populares e Construção da História / Ivo Lesbaupin

“Enquanto Movimento Fé e Política, o que fazem os seus membros é encontrar-se, refletir, orar e autoformar-se. A ação que desenvolvem em movimentos sociais, partidos, etc... é em caráter estritamente pessoal e sem nenhuma responsabilidade do Movimento Fé e Política ou vínculo orgânico com ele”.

APRESENTAÇÃO

Movimento Nacional de Fé e Política
Praça do Carmo, 36 - Centro - S. André - SP
09010-020 - Tel/fax: (11) 4438-9211
E-mail: mov.fepolitica@bol.com.br

“Entre foguetes e fogueiras de São João que iluminavam os céus do Rio de Janeiro, nasceu finalmente a criança, batizada com o nome de *Movimento Fé & Política*” (Márcia M. Miranda in *Cadernos de Fé & Política*, nº 1, p. 8).

Isto foi no dia 24 de junho de 1989.

O *Movimento Fé & Política* nasceu inspirado pela mesma paixão que fez nascer os grandes movimentos e encontros da nossa história.

Assim ele nasceu partindo da necessidade de juntar, reunir, acolher, aquecer, iluminar e reabastecer todos os que “consideram a política como campo preferencial da vivência de sua fé e que consideram a fé como fundamento último de sua utopia política” (Princípios do Movimento Fé & Política in *Cadernos de Fé & Política*, nº 1, p. 5); *assim nasceu o Cristianismo* a partir da prática e da novidade inauguradas por Jesus de Nazaré e seu discipulado; *assim nasceram os Partidos Revolucionários* reconhecendo nos trabalhadores o potencial necessário para uma gerência e transformação da Sociedade assentados na justiça; *assim nasce o matrimônio* do desejo de eternizar um encontro; *assim nascem* as instituições e tantos grupos... todos, de um carisma originário que clama por perpetuação, de uma paixão inflamada que clama por concretização do desejo.

O desafio, no entanto, transcende ao ato do nascimento e da criação. A dinâmica do cotidiano se impõe e traz amarras. Os grupos crescem, exigindo uma maior organização do tempo, do trabalho e da infra-estrutura; as demandas multiplicam-se; novos interesses entram em jogo; os problemas adquirem novos contornos e instauram-se crises; táticas e estratégias se confrontam e se avaliam mutuamente. O carisma

e a paixão originários, agora estruturados de forma mais complexa, lançam um desafio recíproco: o de ser chama que mantém acesa a luminosidade da casa, o de ser alimento que reaviva constantemente a chama.

O *Movimento Fé & Política* nasceu de uma experiência de contradição. Foi criado como um espaço alternativo com o objetivo de “fazer avançar a reflexão política e a vida espiritual daqueles que estão comprometidos com uma prática política e social” (Princípios do Movimento Fé & Política in *Cadernos de Fé & Política*, nº1, p. 5). Revela, pois, que as instituições as quais nos inserimos - originárias também de uma grande paixão - não conseguem oferecer a reflexão e a experiência que necessitamos para nos realizarmos como seres humanos integrais. Embora dediquemos nossas vidas à construção de uma nova Sociedade, pouco espaço e tempo encontramos para consolidar uma humanidade renovada. Para suportarmos essa busca dentro de nossos espaços de trabalho e militância junto ao povo criamos outro espaço na esperança de que ele possa nos fortalecer naquilo que não conseguimos no cotidiano.

Criamos um MOVIMENTO, consciente de todas as nossas necessidades, esperanças e riscos. Mas ao nos depararmos com a dinâmica do cotidiano e suas amarras e exigências, quase não soubemos enfrentar o desafio de sermos Movimento. Elaboramos critérios rígidos de pertença e participação, solicitamos a figura de Coordenadores em vários níveis e criamos a Coordenação, estruturamos a elaboração dos Cadernos e suas vendas, a importância dos Encontros, Assembléias e Retiros. Pretensiosamente, pensamos estruturar a realidade que flui criativamente nas bases. Ao invés de um espaço alternativo de vivência e reflexão, criamos mais uma instância de cobrança a exigir um pouco mais do nosso já escasso tempo. Na verdade, a lenta estruturação do Movimento está calcada no modelo de organização que nós mesmos criamos e alimentamos no dia-a-dia. A instituição, em última instância, somos nós e tem o nosso rosto.

Importante é que descobrimos isso e tivemos a enorme coragem de avançar. Numa primeira vista, lendo o relatório de nosso último Encontro, muitos poderão pensar em fracasso ou retrocesso. Mas logo compreenderão que não! Abrimos mão de nossa estruturação para

resgatar o desafio de ser um MOVIMENTO. Queremos existir como um espaço alternativo autêntico. Por isso, queremos perseverar enquanto espírito, "ethos" e não enquanto organização estruturada. Resgatamos a nossa concepção original e carta de princípios. E a bússola que nos revela a legitimidade de nossa direção é a nossa capacidade de abertura, ousadia, coragem, transparência e lucidez com que reavaliemos a caminhada.

Queremos ser MOVIMENTO, com todo o desafio que isso implica. Saibamos todos, porém, que o desafio, agora, é realidade a ser enfrentada por todos nós que queremos caminhar. Mas essa realidade tem o sabor do novo que buscamos. Na medida em que conseguirmos enfrentá-las, estaremos também transformando nossas Igrejas, Partidos, Grupos, Famílias e a nós mesmos.

Os Redatores

EXPEDIENTE

Publicação do Movimento Fé & Política

Equipe de Redação: Redator: Leonardo Boff

Co-Redator: Waldemar Boff

Secretária de Redação: Maristela B. C. de Mello

Conselho Editorial: Antônio Carlos Moura, Frei Betto, Carlos Eduardo de Souza Leite, Carlos Salzano V. da Cunha, Claudio H. Vereza Lodi, Cícero Gomes Correia, Clodovis Boff, Gilberto Carvalho, Leonardo Boff, Luiz Eduardo Prates da Silva, Márcia M. Miranda, Marcos Arruda, Nilson Mourão, Pedro A. Ribeiro de Oliveira e Terezinha Benfica Toledo.

Redação e Administração: CDDH / Petrópolis - Rua Monsenhor Bacelar, 400 - Cx. Postal 90581 - Cep: 25685 - Petrópolis - RJ -Tel.: (0242) 42-2462 - Fax: (0242) 43-0772

Apoio: SEOP - Serviço de Educação e Organização Popular

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Petrópolis

Editoração Eletrônica:

R. L. Longen - Produções Artísticas - Tel.: (0242) 43-1523

Ilustrações: Alexandre A. C. Rivero

Este caderno foi impresso pela Reproarte Gráfica Ltda., em julho de 1992 para o Movimento Fé & Política.

SUMÁRIO

Apresentação, 1

Expediente, 4

Pai-Nosso Ecumênico, 6

Mercado, Comunidade e Religião - Pedro A. Ribeiro de Oliveira, 7

Capitalismo, Desenvolvimento e Justiça - Paul Singer, 21

Cuba e o Dom da Vida - Frei Betto, 31

**Refundação da Dignidade Humana a Partir da Nova Cosmologia -
Leonardo Boff, 37**

**Relatório da Assembléia do Movimento Fé & Política - 13/03/1992, Alto
da Boa Vista - RJ, 55**

**Relatório da Reunião do Conselho Editorial - 14/03/1992, Rio de
Janeiro, 61**

Rasgando o Véu - J. Thomaz Filho, 64

Crônica:

**Do Céu, Vê-se Tudo (História do Movimento Fé & Política Vista do Céu)
- Maurício Abdalla Guerrieri, 65**

Testemunhos de Fé & Política:

Ser Parlamentar e Ser Cristão - Selvino Heck, 73

Fatos de Fé & Política:

O Movimento Fé & Política em Minas, 78

PAI-NOSSO ECUMÊNICO

Pai-nosso, que estás nos céus.
Santificado seja o teu nome,
venha o teu Reino.
Seja feita a tua vontade,
assim na terra como no céu.
O pão nosso de cada dia
nos dá hoje,
perdoa-nos as nossas ofensas,
assim como nós perdoamos
a quem nos tem ofendido.
E não nos deixes cair em tentação,
mas livra-nos do mal,
pois teu é o Reino, o poder
e a glória para sempre.

Amém.

MERCADO, COMUNIDADE E RELIGIÃO

Pedro A. Ribeiro de Oliveira *

Não há como falar de modernidade sem referir-se à experiência fundante das sociedades modernas, que é a experiência das relações de mercado. Muito se fala hoje de mercado, mas pouca gente busca desvendar sua lógica, sua estrutura e seus princípios de funcionamento, bem como as consequências que sua existência acarreta. Os economistas se apropriaram do tema, mas como concentram sua atenção no funcionamento do mercado, pouco nos ajudam a entender o que é isso. Meu propósito, neste artigo, é recuperar o conceito de mercado para uma Ciência do Social que inclui a Economia, mas não se restringe a ela. É claro que estou me referindo à perspectiva teórica aberta por Marx.

Embora o mercado seja uma antiga instituição na história da Humanidade, é no Ocidente moderno que ele se torna a instituição fundamental da sociedade, ao dissolver as relações de reciprocidade, que fundamentam as comunidades tradicionais. Esta mudança tem muito a ver com o lugar e o deslocamento da religião na sociedade moderna. Esta é a hipótese que vou aqui desenvolver.

* Leigo, Doutor em Sociologia da Religião, assessor do ISER-RJ, Professor da UERJ e UFJF-MG e integrante do Movimento Fé & Política.

1. VIDA COTIDIANA, COMUNIDADE E MERCADO

O conceito de estrutura do cotidiano, de F. Braudel⁽¹⁾, merece ser explorado pela sociologia para dar conta da existência concreta da Humanidade. Não há como viver sem produzir e consumir bens e serviços. A ordenação social dessas atividades - o "modo de produção da vida material" do qual fala Marx - condiciona a existência de qualquer grupo humano. A História e a Etnologia nos dão inúmeras lições sobre como a Humanidade veio resolvendo, em cada situação concreta, o problema da ordenação social da produção e consumo: quem produz o que, de que forma, para ser distribuído e consumido pelo conjunto dos membros de cada grupo humano.

Não se trata aqui de fazer a análise dos modos de produção pré-capitalistas, mas, retomando F. Braudel, salientar a permanência de uma estrutura da vida cotidiana gerada pela domesticação dos cereais e dos animais, que persiste até nossos dias. Por milênios, a grande faixa humana das culturas camponesas (cuja homogeneidade estrutural é impressionante, ao contrário das diferentes civilizações que sobre elas se constroem) organizou sua vida cotidiana pelas relações de reciprocidade.

Aqui entramos em cheio no conceito de comunidade - conceito que precisa ser retomado pelas Ciências Sociais para dar relevo à novidade histórica que é a sociedade de mercado. Os alicerces de qualquer comunidade são as relações de reciprocidade, magistralmente analisadas por M. Mauss em seu *Ensaio sobre o dom*. O movimento dos dons e contradons, cuja circulação é regida pelo princípio do dar/receber/retribuir, funda as alianças sociais próprias às comunidades. Assim considerado, o conceito de comunidade pouco tem a ver com uma perspectiva micro-sociológica que o identifica com relações de tipo primário, e remete à melhor tradição clássica: comunidade define-se pelas relações de solidariedade dos grupos humanos que partilham a mesma identidade.

(1) Cfr. F. BRAUDEL: *Civilisation matérielle, Économie et Capitalisme - XV^{ème} - XVIII^{ème} Siècle*, vol. 1: "Les structures du quotidien". Armand Colin, Paris, 1979.

É necessário evitar a reificação do conceito de comunidade. Comunidade não existe como coisa concreta - concretos são os grupos humanos - mas como conjunto de relações de reciprocidade que proporcionam a certos grupos suas características de solidariedade e identidade. Veja-se, por exemplo, grupos como nações, famílias, igrejas, e outros: só podemos legitimamente chamá-los "comunidades" na medida em que sejam efetivamente regidos por relações de aliança cimentadas pelo dar/receber/retribuir.

Essas relações de reciprocidade que regem o movimento profundo da vida cotidiana pode articular-se, ou não, com um movimento propriamente econômico (na conceituação de Braudel) que é o movimento do jogo de trocas no mercado. Em outras palavras, nas sociedades camponesas a produção e circulação dos bens e serviços situa-se num patamar social anterior ao do mercado: as necessidades básicas são regidas pela produção de autoconsumo e pelas relações de reciprocidade características das "economias do dom", e só os excedentes se destinam ao mercado.

Colocada diante desse pano-de-fundo, a sociedade moderna, regida pelas relações de mercado, apresenta-se como uma verdadeira revolução na Humanidade. Embora o mercado seja muito anterior à sociedade moderna (sua existência é correlata à da cidade, cujos suprimentos dependem fundamentalmente de relações comerciais com produtores externos - notadamente os camponeses), é o "longo século XVI" que marca o início da sociedade de mercado. A partir de então a produção passa a ser regida pelo mercado: o produtor já não se limita a vender o excedente de sua produção, mas produz para vender, deixando-se guiar pela demanda. Este modo de produção dissolve antigas alianças, cria novas relações sociais, e o mercado torna-se instituição reguladora não só das relações sociais de produção, mas de vários outros campos da vida social, num processo que parece não ter fim.

Entender o mercado como instituição social é fundamental para uma análise da modernidade, seguindo as melhores trilhas abertas por Marx. Não se trata de retomar o que economistas já disseram sobre o mercado, mas sim de explicitar sua realidade humana - e portanto eminentemente social. Assim escapa-se de uma concepção ideológica que o naturaliza, bem como de uma perspectiva economicista que

assume seus pressupostos sem crítica. As relações de mercado são relações sociais que regem a produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

As relações de mercado pressupõem ao menos dois postulados antropológicos - aqui entendidos como atributos essenciais do ser humano. O primeiro destes postulados é o da igualdade de todos diante do mercado: para entrar em relações de mercado, deixa-se entre parênteses todas as relações pessoais, exceto a de comprador/vendedor. O segundo postulado é o da liberdade: o mercado só pode existir sendo livre, ou seja, aberto à participação do maior número possível de pessoas. Um mercado que exclui compradores/vendedores por razões que não sejam econômicas é um mercado imperfeito.

Uma consequência fundamental desses dois postulados é que as mercadorias devem circular entre quaisquer pessoas, independentemente de seus laços comunitários. Isto significa que o mesmo preço será cobrado de qualquer comprador, pertença ele à comunidade negra, feminina e islâmica ou à comunidade branca, masculina e católica. Anuladas as qualificações conferidas pela pertença comunitária, a pessoa entra nas relações de mercado unicamente como compradora/vendedora. O que diferencia as pessoas são as mercadorias que trazem para o jogo do trocas, num espaço institucional que deve ignorar as identidades e solidariedades comunitárias para funcionar a contento.

Outra consequência é seu caráter potenciador de desigualdades. No mercado o forte e o fraco relacionam-se em pé de igualdade, o que torna o forte capaz de impor sua vontade como comprador/vendedor, não cabendo ao mais fraco outra alternativa senão sujeitar-se ou desistir da transação. Na livre competição do mercado, vence o mais forte, vence o melhor: esta é sua lei.

Na verdade, o mercado, assim como a comunidade, não é uma realidade concreta. Realidade concreta são os grupos sociais regidos por relações de mercado. É claro que nenhum grupo social rege-se exclusivamente pelas relações de mercado, já que a elas se mesclam em maior ou menor proporção relações de reciprocidade. Exemplo disso é o mercado de trabalho, onde as relações fundadas nos princípios de igualdade e liberdade são frequentemente contrabalançadas por relações

de solidariedade comunitária: o filho do patrão tem seu lugar garantido devido a relações de parentesco, e não devido à competição pelo emprego. Nos países de capitalismo central, os interesses da comunidade nacional impedem a entrada de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho. Outro exemplo é o bloqueio comercial: devido a relações de solidariedade política, Cuba não é admitida no mercado dominado pelo USA, embora seja um país comprador/vendedor.

Relações de reciprocidade e relações de mercado são conceitos sociológicos que nos permitem entender a modernidade sob uma perspectiva estrutural. Quando o mercado se instaura como instituição reguladora das estruturas do cotidiano no Ocidente, a lógica das suas relações se estende à ordenação de toda a vida social. Por isso Marx fala das relações sociais de produção capitalista como alicerce de toda a vida social. Isto não significa, é claro, que de uma hora para outra todas as relações sociais se tornem regidas pelas leis do mercado. O que ocorre a partir de então, é uma radical diferenciação entre setores regidos pela lógica do mercado e setores regidos pela lógica comunitária. Isso tem muito a ver com a religião, como veremos em seguida.

2. RELIGIÃO E COMUNIDADE NA SOCIEDADE DE MERCADO

Nossa hipótese é que a religião requer relações de reciprocidade. Daí a afinidade estrutural entre religião e comunidade. Durkheim dizia que “não há religião sem igreja”. Isto significa que as religiões supõem a existência de comunidades definidas pelo consenso sobre o sagrado - são as comunidades religiosas - mas significa também que não há religião sem um referencial de comunidade, já que a substância do sagrado reside na sociabilidade ordenada.

Se devemos desvendar o fundamento dessa afinidade estrutural entre religião e comunidade, vamos buscá-lo na assimetria própria às relações entre o profano e o sagrado e às relações de comunidade. Ao contrário do mercado, que pressupõe a igualdade, a comunidade admite perfeitamente a desigualdade entre os indivíduos e grupos que a compõem. O que a sustenta é a aliança criada e mantida pelo processo do dom: dar/receber/retribuir. Pode-se tomar o exemplo da família como ilustração: ela constitui uma comunidade na medida em que seus membros - desiguais por natureza - reproduzem as relações de recípro-

cidade que os tornam aliados. Entre adultos e crianças, homens e mulheres, sadios e doentes, trabalhadores e aposentados, fracos e fortes, circulam os dons e contradons que asseguram sua existência enquanto grupo de parentes. Correspondentemente, entre humanos e divinos circulam dons - sacrifícios e benefícios - que selam sua aliança. É assim que Durkheim distingue a religião da magia, que não cria comunidade porque não vai além de uma troca interesseira.

Se esta hipótese é válida, a conclusão será óbvia: religião tende a desaparecer numa sociedade de mercado, na medida em que esta dissolve as relações comunitárias onde por milênios ela floresceu. É o que vem dizendo a teoria da secularização. A racionalidade do mercado expulsa os elementos irracionais associados a sistemas de relações assimétricas. De fato, a razão moderna exorcisa os fantasmas religiosos e as alianças que propunham aos humanos para dar-lhes uma vida longa e feliz sobre a face da terra. Vida longa e feliz encontra quem age racionalmente sobre a natureza e sobre as relações humanas. A razão moderna quer o progresso, o desenvolvimento das forças produtivas, a liberdade, a democracia, as riquezas, a saúde, e tudo mais que o ser humano almeja, sem curvar-se à irracionalidade das fantasias religiosas. A teoria da secularização, entretanto, só vale para os setores regidos pela lógica do mercado, não para os setores onde permanecem as relações comunitárias.

Numa primeira aproximação, podemos perceber a predominância das relações de mercado na esfera pública, enquanto na esfera privada predominam as relações de reciprocidade. Correspondentemente, é na esfera pública que se faz mais notável a secularização. As bolsas de valores e de mercadorias, o mercado financeiro, as empresas, enfim, as instituições que efetivamente regem a vida social da "rua" (para utilizarmos uma categoria apreciada pelos nossos antropólogos) parecem fora do alcance das religiões. O que têm os deuses a ver com o preço do café na Bolsa de Londres? ou os espíritos com a taxa de juros? ou os orixás com o déficit do Tesouro dos USA? Apesar de ali estarem em jogo relações sociais que condicionam o emprego e as condições de vida, saúde e bem-estar de milhões de seres humanos, aquele é um campo fora do alcance dos seres sagrados que por milênios pareciam deter o poder de dar a felicidade a quem a eles piedosamente recorresse.

As antigas religiões estão quase confinadas, na sociedade moderna, à esfera privada. Seu espaço é pouco mais do que a "casa". Elas se atêm aos relacionamentos interpessoais, à vida sexual e afetiva, aos cuidados corporais, ao equilíbrio psicológico, enfim, a todo aquele setor da vida cotidiana cujo cenário é o espaço doméstico. Nele, sim, energias positivas e negativas, deuses e deusas, espíritos bons e maus, santos e santas, e tantos elementos do nosso imaginário simbólico têm plena vigência. As religiões não desapareceram na sociedade de mercado: apenas deixaram para a razão moderna o espaço da "rua", e se ocuparam da "casa" onde sempre estiveram à vontade.

Tal predisposição da religião para o mundo privado não é fortuita. Se nossa hipótese é válida, ela explica esse confinamento pelo fato de ser a "casa" um setor regido pelas relações assimétricas de reciprocidade. A mãe de família não vende um prato de comida para os filhos, e são os mais fracos e desvalidos que recebem maior proteção. Ali existem alianças cimentadas por dons e contradons, ali vigoram as relações de comunidades que sempre foram o solo propício para a experiência religiosa.

Esta primeira aproximação à relação entre religião e a esfera privada na sociedade de mercado não deve ser absolutizada, sob pena de se cometerem erros grosseiros. Não se deve imaginar uma separação estanque - nem uma coexistência pacífica - entre as relações de mercado na vida pública e as relações de reciprocidade na vida privada. Basta lembrar a questão das nacionalidades: pertencem à esfera pública embora formem verdadeiras comunidades (em cuja identidade as religiões têm por vezes papel importantíssimo). Por outro lado, as relações de mercado conseguem por vezes atingir o próprio núcleo da vida privada, como, por exemplo, ao transformar a aliança matrimonial num contrato entre duas pessoas livres e iguais.

Tendo como pano-de-fundo o quadro da sociedade de mercado, o problema sociológico do lugar e do deslocamento da religião na modernidade ganha novos contornos. Se as antigas religiões em geral aceitaram seu confinamento à esfera privada, num processo correlato ao da secularização da esfera pública, novas formas religiosas parecem emergir dentro da modernidade mas contra ela. É o caso da Teologia da Libertação no Cristianismo: em oposição às Teologias

de Salvação Individual, ela aparece como uma forma política e “materialista” de religião, que não se ocupa da vida além-túmulo nem se limita a espiritualizar a esfera privada. Daí o seu caráter “ímpio”: desrespeita os valores do mercado ao fazer opção pelos pobres, pelos que perdem no jogo das trocas. Fenômeno semelhante parece ocorrer com o Islamismo dito fundamentalista, que contesta a modernidade em nome da religião. Certamente não é por coincidência que ambos se apóiam em formas sociais comunitárias: as CEBs e as nacionalidades.

Nesse mesmo cenário destaca-se o surgimento de uma nova forma religiosa, ao que tudo indica nascida na própria sociedade de mercado, e por isso mesmo radicalmente diferente da religião de comunidade. É o que chamamos religião da mercadoria. Ela merece ser examinada mais de perto, porque nos ajuda a entender o lugar da religião hoje.

3. UMA RELIGIÃO DA MERCADORIA

As Ciências do Social ressentem-se da falta de categorias próprias para a análise da religião, pois geralmente temos que tomá-las emprestadas à Teologia ou a outras “linguagens nativas” de comunidades religiosas. Sua pertinência às religiões da tradição judaico-cristã implica o risco de etnocentrismo quando aplicadas a outras tradições religiosas.

Mais problemático, ainda, é utilizar essas mesmas categorias para analisar um fenômeno que talvez não seja religioso em sua acepção restrita. (R. Bellah enfrentou este problema ao analisar a “religião civil”, mas naquele caso trata-se de uma forma moderna de “religião de comunidade”). Estamos portanto mal equipados quanto a categorias teóricas para analisar aquilo que parece ser uma nova forma religiosa. Diante dessa precariedade, a prudência nos aconselha a modéstia: ao invés de uma análise, contentemo-nos em descrever o que parece ser uma religião da mercadoria, usando as categorias de análise de modo analógico. Se esta tentativa for bem-sucedida no sentido de problematizar o lugar e o deslocamento da religião na sociedade moderna, estará aberta uma trilha para a pesquisa.

Cabe aos teólogos o mérito de terem sido os primeiros a teorizar sobre aquilo que Marx chamou de “fetichismo da mercadoria”, desenvolvendo o tema a partir da idéia de “idolatria do mercado” (2). Para descrever sociologicamente o mesmo fenômeno, buscamos seus componentes em analogia com as religiões judaico-cristãs, ilustrando-os com exemplos do nosso cotidiano.

O dogma fundamental dessa religião da mercadoria está em atribuir vida e poder ao dinheiro. Uma propaganda do Wall Street Journal estampava os dizeres: “Money talks, we translate”. O salmista moderno diria “nossa confiança está na conta em dólares, que move o céu e a terra”. Tão importante quanto o dogma do dinheiro é o dogma do mercado: “mão invisível” (A. Smith) que rege nossos destinos melhor do que nós mesmos possamos imaginar, pois toma sempre a decisão mais adequada.

O poder do dinheiro se expressa de forma difusa e implícita numa mitologia que tem no cinema, nas novelas de TV e na literatura de massa seus melhores veículos. Mitos como o do rapaz pobre, mas honesto e trabalhador, ou da mocinha que se casa só por amor, têm seu final feliz quando chega o merecido dinheiro. É ele que traz a felicidade - ou manda trazer...

Uma elaboração erudita do mesmo dogma - análoga à teologia - aparece na produção dos economistas. As teorias econômicas apresentam, de forma refinada e sistemática, os postulados dogmáticos que a mitologia veicula de forma popular: as demandas humanas são infinitas, já os recursos são finitos: só o mercado sabe resolver essa insolúvel equação dentro dos limites do possível.

A aplicação do mesmo dogma a situações específicas, análoga à evangelização, que anuncia as boas-notícias da salvação e da libertação, pode ser encontrada na propaganda. Ela nos mostra pessoas bonitas, felizes, alegres, bem sucedidas, em associação com as mercadorias que poderão satisfazer nossos desejos. A propaganda é sempre uma boa-notícia: a liberdade, a felicidade, o prazer, a saúde, estão ao alcance das

(2) Cfr. H. ASSMANN e F. HINKELAMMERT: *A idolatria do mercado*. Petrópolis, Vozes, 1989.

nossas mãos. Na verdade, a razão nos diz que é uma ilusão, que nunca alcançaremos tudo aquilo que se promete, mas... como é bom sonhar!

Essas verdades são inculcadas nas novas gerações por meio de uma didática de persuasão, análoga à catequese. Todos os dias as crianças são expostas a programas de TV a elas especialmente dedicados, nos quais moças bonitas, puras, simpáticas e carinhosas lhes mostram o mundo encantado que só o dinheiro é capaz de criar. Nele são felizes as pessoas que seguem as normas éticas da competição no grande mercado da vida, sendo punidos os que recorrem a meios ilícitos para obter poder e riquezas. Um clima de ternura exacerbada envolve as “catequistas”, tornando-se exemplo para as crianças.

A religião da mercadoria tem também seus rituais. Uma espécie de culto dominical é celebrado pela TV, sendo assistido por milhões de pessoas. Neles se realizam diferentes sacrifícios: pessoas passam por humilhação ou sujeitam-se a situações ridículas para ganhar um prêmio em dinheiro; outras vivem a angústia de “tudo ou nada” diante de mercadorias quase ao seu alcance; como mártires, se dão em testemunho do valor supremo do dinheiro. Aliás, um desses programas fazia uma evocação bíblica: “Baú da Felicidade”.

O ritual mais importante, porém, é a grande festa anual da mercadoria: o Natal. Ela reúne todas as características de festa religiosa, embora na maioria das vezes quase sem reminiscências cristãs. Trata-se da celebração das mercadorias. Com a devida antecedência, as casas comerciais e shopping-centers são decorados com motivos natalinos. Todos são moralmente obrigados a comprar presentes (que depois entram no processo de dar/receber/retribuir). Uma refeição especial - a ceia - é de rigor: como toda boa festa religiosa, deve ter comida e bebida até a saciedade. Até mesmo nos ambientes de trabalho a celebração está se tornando obrigatória (como uma festa anual da colheita urbana). Os empregados recebem seu 13º salário ou gratificação extra para gastar na festa. Só mesmo os miseráveis (os excluídos do mercado) ficam fora dos festejos natalinos, que são um fato social com todos os requisitos durkheimianos: exterior, geral e obrigatório.

Os locais onde as mercadorias e o dinheiro encontram-se à disposição dos humanos são os templos dessa nova forma religiosa. Os

edifícios-sedes de bancos e financeiras são demonstrações de luxo e suntuosidade; neles e nos shopping-centers se investem os melhores recursos arquitetônicos e artísticos para impressionar o comum dos mortais que ali chegue. A ida ao shopping é para muitas pessoas uma espécie de terapia: ainda que não se compre nada, o “banho de loja” alivia tensões e faz bem ao espírito. As pessoas mais devotas - e de mais recursos, é claro - fazem romaria aos espaços simbolicamente mais carregados. Miami não é apenas um local onde se faz compras: ali são exibidas as novidades do mercado, preciosidades para quem busca a felicidade no consumo. As viagens organizadas de crianças e adolescentes à Disneylândia também se revestem de um caráter sagrado. São como uma viagem à terra da fantasia que só o dinheiro pode construir, deixando quem a visita tão maravilhado quanto o romeiro do campo ao chegar à Gruta do Bom Jesus da Lapa.

Enfim, a religião da mercadoria tem uma ética. Ela propõe o interesse individual como norma geral de comportamento. Já A. Smith dizia que é o interesse do padeiro que nos proporciona o pão de cada dia: o comerciante não satisfaz nossas necessidades e desejos por ser altruísta, mas porque leva vantagem nisso. Os limites do interesse egoísta são os contratos e a propriedade privada, que são sagrados. Os empresários e banqueiros aparecem aqui em situação análoga à dos sacerdotes: ao agirem em defesa de seus interesses, eles estão prestando o melhor culto possível ao dinheiro, pois o fazem render. Não é por mesquinês que os banqueiros cobram juros, mas por dever moral: os contratos firmados entre credores e devedores devem ser respeitados a qualquer custo. Se a ética protestante secularizou-se, o espírito capitalista sacralizou-se: santo, digno de toda admiração e respeito, é quem dedica sua vida ao dinheiro.

Se a descrição acima corresponde ao real, temos uma provocante pista de pesquisa sobre o lugar da religião na sociedade moderna. A religião não estaria simplesmente confinada à esfera privada e familiar, como sugerimos antes, mas estaria presente também na esfera pública sob a forma radicalmente nova de religião da mercadoria.

A modernidade teria então produzido uma divisão do espaço religioso. A esfera pública seria agora ocupada unicamente pela religião da mercadoria, enquanto as antigas religiões, calcadas sobre as formas

sociais de comunidade, teriam se deslocado para a esfera privada. Essa divisão do espaço religioso explicaria o pluralismo e a liberdade religiosa característicos da modernidade: as diversas religiões presentes na esfera privada ofereceriam o “aroma espiritual” que o dinheiro não tem, sem contudo interferir na esfera pública, onde a religião do mercado seria geral e obrigatória. A situação seria semelhante à do Império Romano, no qual as diversas religiões nacionais e cultos místéricos podiam ser livremente praticados, desde que não prejudicassem o culto oficial a César. Se naquela situação o cristianismo nascente destoava, hoje destoam certas “religiões de comunidade” que não abdicaram do espaço público, como a Teologia da Libertação e o Islamismo.

Este conjunto de hipóteses abre certamente campo para debate; entretanto este não seria sério sem o respaldo de pesquisas sistemáticas que aprofundem nosso conhecimento do tema. Há pelo menos três grandes áreas de pesquisa a serem explorados neste contexto:

A primeira é o próprio conceito de comunidade e sua afinidade estrutural com a religião. Há toda uma literatura sociológica a ser revisitada, mas há também estudos empíricos que podem ser esclarecedores - p. ex., a relação entre a Teologia da Libertação, que questiona as relações de mercado com as formas sociais comunitárias. A hipótese de compatibilidade estrutural entre as relações de reciprocidade e a religião é plausível, mas não deveria ser aceita sem uma boa fundamentação empírica.

Outra área de pesquisa é o próprio mercado como instituição social, isto é, como conjunto estruturado de relações sociais. Ele é a principal instituição das sociedades modernas (embora não conste dos currículos de ciências sociais), penetrando múltiplos espaços da vida cotidiana moderna. Fala-se, por exemplo, de mercado de trabalho, matrimonial, de bens simbólicos etc. Seriam estes conceitos analógicos, ou de fato as leis do mercado regem os sistemas matrimoniais, religiosos, e outros além da economia propriamente dita? De que maneira a penetração das relações de mercado nesses setores do cotidiano dissolveriam as relações de comunidade ali existentes.

Enfim, há que ser pesquisada a fundo a hipótese de uma religião da mercadoria. Marx já falava do “fetichismo da mercadoria”, mas

fazia-o por analogia. Os teólogos podem legitimamente qualificá-la como "idolatria". Mas, seria ela uma religião na acepção sociológica? Seria o dinheiro realmente sagrado? Em suma, seria uma forma radicalmente nova de religião, ou um fenômeno a ser estudado sob outra categoria de análise?

Só um bom conjunto de pesquisas, solidamente fundadas, podem proporcionar respostas a estas e outras questões correlatas. O caminho foi aberto por Marx, mas é bem mais longo do que ele previa. A construção de um socialismo que incorpore e ultrapasse o mercado não é apenas uma tarefa prática, mas também uma tarefa teórica para as pessoas que pensam a partir dos oprimidos.

Juiz de Fora, abril/92

ASSINE JÁ, OS CADERNOS DE FÉ & POLÍTICA

É só enviar o cupom anexo ou ligar para:

Movimento Fé & Política

Rua Monsenhor Bacelar, 400

Cx. Postal, 90581

Cep: 25685

Petrópolis - RJ

Tel.: (0242) 42-2462 - Fax: (0242) 43-0772

CUPOM PARA ASSINATURA

Nome	_____
Endereço	_____
Cep:	_____ Bairro _____
Cidade	_____ Estado _____
Profissão	_____
Pertence a alguma entidade?	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Qual?	_____
Data	_____ Assinatura _____

CAPITALISMO, DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA

Paul Singer *

1. CAPITALISMO

O capital é um sistema “sui-generis” que tem por base a generalização de um modo peculiar de regulação da divisão social do trabalho, qual seja a economia de mercado. Esta é bem mais antiga que o capitalismo e provavelmente se originou no relacionamento entre comunidades autônomas. Neste relacionamento não havia interferência de qualquer poder soberano, acima dos diretamente envolvidos. Logo, a repartição dos bens não poderia ser governada por uma vontade superior nem por regras tradicionais de alguma das comunidades. A única alternativa passaria a ser o intercâmbio entre sujeitos iguais, que só se engajariam nele se o considerassem vantajoso.

A economia de mercado se difundiu na Antiguidade, funcionando de forma suplementar ao escravismo, no seio do qual a repartição era governada pela vontade do senhor. E na Idade Média, a economia de mercado exerceu uma função limitada à medida que o grosso da produção se realizava no interior de feudos; sendo repartida de acordo com regras tradicionais, que regulavam as relações entre os diversos

(*) Economista formado na USP com pós-graduação na Universidade de Princeton e na própria USP, onde hoje é Professor titular. Um dos fundadores do CEBRAP. Autor de livros sobre economia, demografia, socialismo. No momento, Secretário Municipal de Planejamento de São Paulo.

estamentos que o formavam. A evolução das sociedades feudais na Europa suscitou o aparecimento e o fortalecimento de uma classe de mercadores, que passaram a disputar à classe senhorial o excedente produzido pelos servos. A progressiva emancipação destes últimos, à época das Grandes Descobertas e da criação de um mercado mundial, tendo a Europa por centro, impôs a abolição daquelas regras tradicionais e sua substituição pelas da economia de mercado.

Isso fez com que a economia de mercado passasse a regular também a divisão social do trabalho interna dos países que superavam o feudalismo, assim como o escravismo colonial (o Brasil em 1888) ou o modo tributário de produção ⁽¹⁾. Mesmo assim, o seu alcance continuava bastante limitado, pois, sobretudo no campo, a produção para o autoconsumo tendia a ser ainda muito ampla. Mas a regulação de um importante conjunto de atividades pelas regras de mercado constituía terra fértil para o desenvolvimento de relações capitalistas de produção.

Este fato se deve a uma característica fundamental da economia de mercado: a de produzir uma repartição crescente desigual da renda. Esta é uma tendência espontânea do mercado, persistente e deliberadamente ignorada pelos modelos de equilíbrio e pela doutrina liberal que os inspira. Está historicamente comprovado que os agentes de mercado não são iguais nem atuam sob as mesmas circunstâncias. Assim como os indivíduos se distinguem quanto à habilidade, diligência, ambição, honestidade, ingenuidade ou astúcia, as unidades de produção se diferenciam no que se refere ao acesso ao mercado, à fecundidade da terra, à disponibilidade de reservas minerais, à disposição de reservas de caixa ou ao acesso a fontes de crédito. Dadas todas estas diferenças e muitas outras igualmente relevantes, é altamente provável que - mesmo supondo que no "início" todos os agentes tivessem o mesmo "tamanho econômico" - alguns sejam mais exitosos do que outros, sendo que entre estes últimos alguns sofram prejuízos, cuja persistência acabe por privá-los do "status" de agentes de mercado.

(1) Segundo Amin (1973), "o modo de produção 'tributário' junta à persistência da comunidade aldeã um aparelho social e político de exploração daquela sob a forma de imposição de um tributo..." (p. 9). Ele foi estudado por Marx como Modo Asiático de Produção.

Historicamente, a parteira do capitalismo foi o privilégio governamental do monopólio industrial ou comercial, o favorecimento político de fornecedores ao estado, a especulação com a dívida pública e sobretudo a expropriação forçada de posseiros e foreiros pelos proprietários "legais" da terra. Mas, mesmo que todo este amparo político à acumulação do capital não tivesse havido, o mero funcionamento livre do mercado teria produzido por si mesmo concentração de riqueza num pólo e graus diferentes de pobreza no outro. Talvez, sem a violência política, a decolagem da acumulação de capital tivesse levado mais tempo, mas sem dúvida ela teria de ocorrer como fruto espontâneo da economia de mercado.

Os ganhadores no jogo do mercado têm todas as condições de conservar e - mais do que isso - ampliar suas vantagens: camponeses enriquecidos compram ou arrendam terras de seus vizinhos empobrecidos e eventualmente os empregam como assalariados; o mesmo fazem os artesãos, os transportadores, os comerciantes, os cambistas que gradualmente se tornam banqueiros. A economia de mercado naturalmente limita e reduz a quantidade de agentes, concentrando cada vez mais atividades num número reduzido dos mesmos. O jogo competitivo ao mesmo tempo arruina os agentes que o perdem, relegando-se ao único mercado em que nada mais têm a perder, qual seja ao mercado de trabalho.

O capitalismo não se caracteriza apenas pela propriedade privada dos meios de produção, mas sobretudo pela concentração desta propriedade num segmento mínimo da sociedade. Para que haja capitalismo é preciso que a grande maioria da chamada População Economicamente Ativa nada mais tenha a vender que a sua força de trabalho. Pois bem, esta condição é espontaneamente produzida e reproduzida pela economia de mercado. Daí a estreita simbiose entre capital e mercado, entre a classe capitalista e a ideologia do mercado como espaço exclusivo para o exercício da liberdade de iniciativa. Daí inclusive a ética predominante no capitalismo, que valoriza o individualismo, pregando a igualdade de todos perante a lei, cada indivíduo enquanto tal sendo sujeito dos mesmos direitos e deveres e ao mesmo tempo preconizando a aceitação das desigualdades produzidas pelo "livre" jogo do mercado.

2. DESENVOLVIMENTO

A idéia do “desenvolvimento”, da contínua mudança das técnicas de produção, da incessante criação de novos produtos para o consumo humano, do ininterrupto aumento da produtividade do trabalho, da terra e do “capital” e, portanto, do volume de bens e serviços colocados à disposição dos consumidores só poderia ter sido concebida a partir do capitalismo. Só este sistema social se mostrou capaz de sustentar o “desenvolvimento” assim concebido durante séculos, com interrupções, sem dúvida, mas mesmo assim de forma tão perene e natural que as interrupções passaram a ser vistas como anomalias, que políticas econômicas adequadas deveriam poder evitar ou minimizar.

É claro que sistemas sociais anteriores ao capitalismo também apresentaram desenvolvimento, mas este era tão vagaroso que passava despercebido aos contemporâneos. Cada geração produzia e consumia em moldes análogos aos de seus progenitores e as poucas inovações que deixavam marca na vida econômica deveriam ter sido encaradas como exceções duma regra de continuidade e de culto ao passado. A partir do capitalismo manufatureiro (na Europa Ocidental e em partes da América, desde o século XVI), a exceção tornou-se regra, a mudança começou a ser aceita como normal e, portanto, como esperada e o culto ao passado transformou-se gradativamente em algo inferior, visto como conservadorismo, passadismo ou até mesmo como anacronismo.

Mas o progresso gerado pelo capitalismo beneficia a poucos, enquanto a grande maioria tende a receber apenas o estritamente necessário para sobreviver. A isso conduz a lógica da competição no mercado. O desenvolvimento capitalista se apóia em dois movimentos: 1. na invenção de novos processos de produção e de distribuição, que permitem colocar à disposição do mercado o mesmo volume de produtos com menor gasto de trabalho humano; 2. na invenção de novos produtos de consumo, que satisfazem necessidades inteiramente novas (o primeiro filme cinematográfico, o primeiro avião), ou satisfazem necessidades já conhecidas melhor que produtos existentes (o primeiro filme falado, o primeiro avião a jato). O primeiro movimento diminui a procura por trabalho, torna uma parte dos trabalhadores redundante, intensifica a competição entre os assalariados, o que causa a redução dos salários. O segundo movimento tem efeitos opostos à medida que os novos produtos

exigem volume adicional de trabalho humano, aumentando a demanda por trabalho e possivelmente ocasionando a melhora dos salários. ⁽²⁾

Poder-se-ia imaginar que a invenção de novos processos e a invenção de novos produtos tenderiam a se equilibrar, mas infelizmente não é assim. O desenvolvimento é comandado por decisões de investimento, tomado por capitalistas, cujo propósito é maximizar seus lucros. Novos produtos só serão lucrativos se houver ampla disponibilidade de fatores de produção, particularmente força de trabalho, de modo que eles só serão lançados depois que o aperfeiçoamento dos processos de produção tiver ampliado o desemprego, que Marx denominou "exército industrial de reserva". Em resumo, o desenvolvimento tende a assumir formas que maximizem os lucros e não os salários. Tendencialmente - isto é, sendo guiado apenas pela sua própria lógica -, o desenvolvimento capitalista produziria uma vida cada vez mais longa, mais saudável, mais rica em gozos para uma minoria de "ganhadores" e uma existência cada vez mais trabalhosa e sofrida para os demais.

É preciso, nesta questão, evitar um engano. O progresso produzido pelo capitalismo apresenta esta propensão independentemente da vontade ou das intenções dos indivíduos que desempenham o papel de capitalistas. Estes podem lamentar sinceramente a triste sina dos trabalhadores, mas a competição entre as empresas obriga-os a procurar o maior lucro possível. Só este comportamento assegura ao capitalista de que seus competidores não alcançarão lucros maiores que os seus, pois se o lograrem não tardarão a expulsá-lo do mercado. A concorrência intercapitalista é implacável e não permite que o capitalista persiga qualquer outro objetivo que não seja o lucro máximo.

3. JUSTIÇA

O desenvolvimento capitalista descrito na seção anterior é apenas tendencial. Quase nunca e certamente não neste século, o capitalismo pôde seguir exclusivamente sua própria lógica. É que esta lógica pressupõe uma noção de justiça que aceite e ratifique a concentração de riqueza e bem-estar produzida pelo mercado. O raciocínio ético seria mais ou menos o seguinte: os indivíduos se tornam agentes de mercado

(2) Vide Singer (1977).

por sua própria e livre vontade, cada um procurando sua vantagem material, ou seja, tratando de obter o máximo em troca do que tem a oferecer; a recompensa de cada um equivale ao bem ou à utilidade que proporcionou aos outros, com os quais efetuou trocas; portanto, quem muito obteve muito deu, ou seja, quem ficou rico é porque foi capaz de beneficiar a muitos, sendo portanto inteiramente merecedor de sua riqueza; do mesmo modo, quem pouco obteve pouco deu; o seu empobrecimento resulta de sua incapacidade de beneficiar outros e, portanto, é também merecido.

Este ponto de vista nunca foi majoritário nem mesmo no início do capitalismo. Ele é inaceitável desde suas premissas: os indivíduos não vão voluntariamente ao mercado. Os pobres vão ao mercado obrigados pela necessidade de ganhar a vida e o que eles têm a oferecer em benefício de outros é apenas sua capacidade de trabalho, muitas vezes desprovida de habilidades ou conhecimentos especializados. Os ricos vão ao mercado tendo capital, ou seja, moeda que dá acesso à produção futura, do qual depende a sobrevivência dos pobres. Entre as inúmeras transações do mercado, a fundamental é a compra e venda de força de trabalho. É esta que determina a repartição do produto entre trabalhadores e capitalistas. Segundo as condições destas classes não apenas diferentes mas opostas - os assalariados tendo que ganhar a vida, os capitalistas visando maximizar a lucratividade de suas empresas -, seria absurdo considerar de antemão como plenamente merecidos quaisquer que sejam os resultados do confronto.

O calcanhar de Aquiles da ética capitalista é que ela não enxerga as diferenças de classes produzidas pelo mercado. Como estas diferenças por suposto sempre foram merecidas, seu efeito cumulativo poderia ser abstraído. Em outras palavras, a riqueza herdada e acumulada por uns é tão merecida - por ser obra do livre funcionamento do mercado - quanto a pobreza, desnutrição e ignorância herdadas e acumuladas pelos outros. As diferenças de classe só poderiam ser questionadas e só poderiam viciar os resultados do jogo de mercado se for demonstrado que elas se originaram de fraude, de violência ou de outros métodos inadmissíveis pela ética do mercado.

Ora, é sabido que a tendência do mercado é produzir desigualdade mesmo se inicialmente os agentes tivessem montantes semelhantes

de recursos e é impossível demonstrar que esta desigualdade é causada unicamente pelos diferentes benefícios proporcionados. Mesmo em condições ideais, a competição é influenciada pelo fator acaso que, por exemplo, faz chover em alguns lugares e não em outros, ou que faz com que determinados bens se tornem moda e outros não, ou ainda que faz com que determinados esforços para encontrar uma vacina ou um remédio sejam ou não coroados de êxito. A influência do acaso torna os resultados da competição eticamente inaceitáveis, ou seja, injustos.

Em termos históricos, a ética capitalista não tem prevalecido. Quase sempre prevaleceu a noção de que as desigualdades produzidas pelo mercado são exageradas e devem ser mitigadas por medidas redistributivas e por legislação que proteja os trabalhadores. Entre as medidas de redistribuição da renda, adotadas pela maioria dos países capitalistas desenvolvidos, merecem destaque pela sua importância o imposto de renda, o ensino oficial gratuito oferecido a todas as crianças e jovens, a assistência gratuita universal à saúde, o seguro-desemprego e mais genericamente a previdência social. No referente à legislação trabalhista, tiveram importância histórica a limitação da jornada de trabalho, a proibição do trabalho infantil, o salário mínimo, férias anuais, limitações ao direito dos patrões demitirem trabalhadores, direito de greve e de representação do trabalhador junto à direção da empresa.

É interessante observar que algumas destas medidas foram adotadas, sempre após lutas prolongadas, com o apoio de importantes parcelas da classe capitalista. Assim ocorreu, por exemplo, com a adoção, na Grã-Bretanha, das primeiras leis de limitação da jornada de trabalho. É que interessa à própria classe capitalista que leis imponham limites à exploração dos trabalhadores, pois, do contrário, a competição intercapitalista poderia levar os patrões a inviabilizar a reprodução da força de trabalho. Em outras palavras, a classe trabalhadora estaria ameaçada de extermínio por péssimas condições de trabalho e insuficiência de ganho.

Por outro lado, a legislação trabalhista assim como o imposto de renda atingem todas as empresas da mesma forma, de modo que não alteram muito as condições competitivas das diversas empresas. Assim sendo, as medidas redistributivas são compatíveis com a economia de mercado. Cada capitalista é obrigado a renunciar a uma parcela do seu

lucro potencial, mas os estímulos e as recompensas continuam condicionando comportamentos que cumprem as regras do mercado.

O apoio de frações das classes dominantes à luta contra a desigualdade foi importante apenas na fase inicial do capitalismo industrial. Com a consolidação deste, surge o movimento operário, que a partir do fim do século passado se colocou à testa daquela luta. Esta mesma sequência teve lugar posteriormente no Brasil. O início da legislação do trabalho e da previdência social foi devido aos revolucionários de 1930 e aos reacionários do Estado Novo. Com a redemocratização, em 1945, o movimento operário ressurgiu e comandou a luta por novas conquistas, até que o golpe militar de 1964 o conteve mediante repressão irrestrita (sobretudo entre 1968 e 1978). Depois, com a transição à democracia, a luta operária contra a repartição da renda produzida pelos mecanismos de mercado retomou seu curso.

A história contemporânea do capitalismo registra a interação dinâmica de duas lógicas opostas: de um lado, a economia de mercado, que promove o desenvolvimento e a acumulação do capital e cria volumes de riqueza material antes nunca vistos; do outro lado, a democracia política, que torna hegemônica a classe mais numerosa, a dos trabalhadores, cujos interesses se opõem aos resultados imanentes do jogo de mercado. Esta interação produziu grandes partidos representantes dos assalariados, que se revezaram no governo com partidos igualmente grandes representantes dos capitalistas.

O estado capitalista, nos países industrializados, passou (sobretudo nas 3 primeiras décadas do último pós-guerra) a intervir sistematicamente na repartição da renda, num sentido igualitário. É verdade que esta intervenção nunca chegou a eliminar as diferenças de classe. O capital continuou sendo propriedade concentrada dum pequeno número de grupos econômicos, que se transnacionalizaram, criando uma nova elite de executivos não-proprietários, que substituiu em parte os antigos capitães de indústria. O que o chamado “estado de bem-estar social” produziu de melhor foi a eliminação quase total da pobreza absoluta e, conseqüentemente, uma classe trabalhadora mais instruída, mais sadia e mais exigente quanto à remuneração e condições de trabalho.

Em termos de justiça distributiva, a repartição no capitalismo democrático se regulava por uma mescla entre a lógica capitalista de concentração de renda e da lógica anticapitalista ou socialista de igualdade no usufruto da produção social. A lógica capitalista assegurava às empresas lucros abundantes para a acumulação, enquanto a lógica socialista redistribuía boa parte do resto do excedente através de altos impostos diretos, juros baixos e salários em perene elevação.

Tudo isso começou a mudar com a reação neoliberal, que engolfou a maioria dos países industrializados na década dos 80 e que agora começa a dominar a América Latina. A reação neoliberal tem como alvo principal o Estado redistribuidor e regulamentador. Ela prega abertamente a ética capitalista de que o veredito do mercado é inerentemente justo; além disso, a redistribuição da renda (mediante seguro-desemprego e subsídios ao consumo das camadas de baixa renda), que é alimentada por impostos diretos “escorchantes”, transfere renda de quem é produtivo e proporciona bem-estar a quem ou está marginalizado da divisão social do trabalho ou tem ínfima produtividade. Por isso, a redistribuição desestimularia a atividade produtiva, pondo em perigo a continuidade do desenvolvimento.

A argumentação neoliberal não tem respaldo na realidade, embora possa estar certa em duas críticas ao estado: 1. que o sistema previdenciário gerou um aparelho burocrático inchado, que absorve uma parcela desmedida da renda que deveria redistribuir; e 2. que a regulamentação das atividades econômicas muitas vezes instaura monopólios em favor de alguns interesses capitalistas e cria privilégios para certas categorias de assalariados. Tais distorções do estado de bem-estar social têm sido frequentes e as mais graves chegam à corrupção, ao nepotismo, à fraude etc. A denúncia do inchaço burocrático e dos desvios confere ao discurso neoliberal uma credibilidade não merecida. Por mais defeitos que os mecanismos de redistribuição possam apresentar, isso não torna verdadeira a tese de que a repartição determinada pelo jogo do mercado seja justa.

Os partidários da igualdade e do socialismo deveriam, em resposta ao desafio neoliberal, fazer sua própria crítica ao estado de bem-estar social, elaborando uma outra proposta para a reforma do mesmo. O ponto forte desta proposta deveria ser a democratização do

aparelho de estado, a transparência dos processos de tomada de decisão e a eliminação das muitas formas de privilegiamento e apadrinhamento que frequentemente infestam os organismos de seguridade social. Uma proposta com estas características deveria conter algumas das “bandeiras” neoliberais que são congruentes com uma postura socialista, como por exemplo, a abertura de mercados oligopolizados a importações e a privatização de empresas não-estratégicas tendo em vista liberar capital público para ser investido em áreas prioritárias.

O surgimento da reação neoliberal e o colapso das economias centralmente planejadas na Europa são desafios ao movimento operário, que este precisa enfrentar através de uma reformulação ideológica, que ainda está para ser feita. Enquanto isso não se der, a ofensiva neoliberal seguirá seu curso, inclinando a balança da repartição da renda cada vez mais a favor do capital e de sua ética. O Primeiro Mundo, a desmontagem do estado de bem-estar social apenas começou, mas, na América Latina, as crises inflacionárias acarretaram brutal desvalorização dos salários, que a estabilização (quando dá certo, como no Chile, na Bolívia e mais recentemente no México e na Argentina) em moldes neoliberais consolida. A injustiça social atingiu em nosso continente dimensões inacreditáveis. Para eliminá-la será necessário que o movimento socialista se repositone perante o estado redistribuidor e coordenador do desenvolvimento, elabore sua própria alternativa de estabilização e assim possa voltar à ofensiva.

BIBLIOGRAFIA

Amin (1973) - AMIN, Samir. **Le développement inégal**. Paris, Les Editions de Minuit, 1973.

Singer (1977) - SINGER, Paul. **A economia política do trabalho**. São Paulo, HUCITEC, 1977.

CUBA E O DOM DA VIDA

Frei Betto *

A Revolução cubana completou, a 1º de janeiro de 1992, 33 anos. Nesse período, a esperança de vida na América Latina, segundo a Cepal, evoluiu apenas 51,8 anos para 68. No Brasil, em 1955, era de 51 anos; em 1990, de 64,9. Em Cuba, saltou de 59,5 anos em 1955, para 75,2 em 1990, a mais alta no continente. A mortalidade infantil, por cada mil nascidos vivos, decresceu de 126 para 54,6, entre 1955 e 1990, na América Latina. No Brasil, caiu de 134,7 para 63,2. Em Cuba, de 80,6 para 10,2, a mais baixa do continente.

Quando visitei Cuba pela primeira vez, em 1981, o que mais me chamou a atenção foi justamente aquilo que não havia: crianças perdidas pelas ruas, mendigos deitados em calçadas, gente vivendo do subemprego, zonas de prostituição ou famílias dormindo debaixo de viadutos. Não era o paraíso, mas, comparada com os demais países da América Latina, Cuba conquistara um padrão de vida que possibilitara a seus cidadãos resgatarem sua dignidade humana. Ainda hoje, todas as crianças cubanas se encontram na escola, não há menores no mercado de trabalho, e a educação e a saúde são direitos pelos quais nenhum habitante da Ilha precisa desembolsar um centavo.

* Escritor, assessor e integrante do Movimento Fé & Política.

1. A LEITURA DA FÉ

Um cristão deve encarar a realidade com olhos diferentes. A fé é como óculos que o Senhor nos concede para decifrar, nas situações humanas, os valores e os antivalores evangélicos. Por mais que a mídia, inflada pela ideologia neoliberalista, queira nos forçar a ver o negativo onde há tantos sinais de vida, ou a democracia onde há tantas pessoas marginalizadas das decisões, não podemos deixar nos iludir. Os critérios evangélicos favorecem o nosso discernimento e, assim, atuam como crítica às ideologias, sejam elas conservadoras ou progressistas.

Para Jesus, as chaves de leitura da realidade não coincidiam com aquelas que mereciam prioridade dos fariseus. Estes consideravam que toda e qualquer situação deveria ser avaliada à luz do que é legal ou ilegal. Recusando tal dualismo, Jesus introduz a dialética do justo e do injusto. Há leis tão injustas como há gestos que, embora ilegais, são justos. No entanto, o Filho do Homem não reluta em fazê-lo em defesa de um direito maior - dar de comer a quem tem fome (Marcos 2,23-28). Sob essa inspiração, a doutrina social da Igreja católica, fundamentada em São Tomás de Aquino, defende a legitimidade das ocupações de terra quando não resta aos agricultores outro meio para assegurar sua sobrevivência.

Para os fariseus, as coisas se dividiam entre puras e impuras. O sagrado cercava-se de pureza, enquanto o profano sinalizava o reino da impureza. O próprio Jesus foi criticado por não purificar-se devidamente antes de sentar-se à mesa e por andar em companhia de pessoas consideradas impuras (Mateus 15). Na ótica de Jesus, nenhuma situação pode ser julgada pelo binômio pureza-impureza. O binômio central, que atravessa a Bíblia de ponta a ponta, é vida e morte.

O Deus dos cristãos, que cremos único e verdadeiro, não é outro senão o Deus da Vida. “Vim para que todos tenham vida e vida em abundância”, diz Jesus ao definir sua missão (João 10,10). A vida é dom maior de Deus. Não a fé, ou a Igreja, ou a paz de espírito. A vida - esse milagre que permite ao Universo contemplar-se a si mesmo, e que a ciência descreve sem saber explicar sua irrupção no curso na natureza - é o que Deus mais preza. Por isso, Seu Filho ressuscita, realizando a

promessa de que, diante da morte, a palavra final é da vida, e vida para sempre.

Essas categorias bíblico-teológicas induzem os cristãos a adotarem uma ótica diferente na análise das questões concernentes à pessoa humana. Nada escapa à ótica da fé e às chaves de leitura fornecidas pelo Evangelho. Nem a Revolução cubana.

2. O LUGAR DO QUAL SE OLHA

A cabeça pensa onde os pés pisam, costume repetir em meus trabalhos de educação popular. Isso significa que um mesmo objeto, ou uma mesma situação, não é vista do mesmo modo por dois pares de olhos. Um latino-americano tem melhores condições de apreender a obra de Gabriel García Márquez do que um europeu, assim como o mesmo texto do Manifesto Comunista será diferentemente compreendido numa aula da Sorbonne e na guerrilha da Guatemala.

Quando falamos de Cuba, a partir de que contexto o fazemos? Onde pisam os nossos pés? Na grande mídia ocidental, que celebra o fracasso do socialismo do Leste europeu como vitória da liberdade e da democracia, ou nas condições degradantes de vida das populações da África, da Ásia, e da América Latina? Meu modo de compreender a revolução cubana tem, pois, como pressupostos as chaves de leitura evangélica (justo x injusto; vida x morte) e o lugar epistêmico e social que assumo como ponto de partida - a situação da maioria de nossas populações latino-americana e brasileira.

Vista sob essa ótica, a revolução cubana fez daquela pequena ilha do Caribe o único lugar na América Latina onde a vida humana é biológica e socialmente possível para a grande maioria da população. Ali, o dom maior de Deus está estruturalmente assegurado. Não há seres humanos catando restos do lixo para sobreviver, crianças descalças esmolando nas ruas, bandos de mulheres obrigadas a alugar seus corpos para comerem, máfias de drogas faturando em cima da desesperança alheia, grupos de extermínio aplicando a lei do cão, camponeses expulsos da terra ou operários desempregados. Esse cenário, que caracteriza nossos países "cristãos", foi banido da realidade cubana graças ao

caráter político do gesto eucarístico - os bens da terra e os frutos do trabalho humano foram efetivamente repartidos pelo socialismo.

A Revolução cubana, entretanto, não pôde escolher seus próprios caminhos. Quem conhece a sua história sabe em que condições tão difíceis o povo cubano resistiu e derrotou a invasão de Playa Girón, organizada pelo governo de John Kennedy, em 1961. Os EUA jamais aceitaram a soberania de qualquer país do planeta. Capitalismo ou morte tem sido a sinistra opção imposta pelas armas ianques. Cuba viu-se na contingência de decretar o caráter socialista da Revolução, aliando-se à União Soviética, para livrar-se de algo parecido ao que, mais tarde, ocorreria na Granada de Maurice Bishop e na Nicarágua sandinista.

Ressentidos, os EUA impuseram à Ilha um cerrado bloqueio comercial e econômico. Toda a tecnologia teve de ser substituída. Um simples liquidificador era encostado por não haver, no bloco socialista, peças de reposição adequadas aos equipamentos ocidentais. Foram precisos muitos anos para que a base material de Cuba, o único país socialista do Ocidente, se adaptasse ao perfil tecnológico do Leste europeu. Os EUA impediam (e ainda impedem) que os cubanos importassem um único vidro de remédio para salvar vidas de crianças. Como não há quedas d'águas na ilha, toda a energia é movida a petróleo, obrigado a viajar, da União Soviética, de navio, 13 mil quilômetros, pois o bloqueio não permite que seja importado do México ou da Venezuela (embora os presidentes desses países insistam em exportar suas "democracias" para Cuba).

Apesar disso, Cuba prosperou. Alfabetizou toda a sua população, criou um serviço de saúde avançado, deu pleno emprego, estendeu a todos as condições modestas, porém dignas de vida, remeteu internacionalistas para trabalhar em centenas de países do Terceiro Mundo, e inovou em questões que, no resto do mundo, parecem crônicas, como o tratamento do desequilíbrio mental e a recuperação dos presos comuns. Em suma, tornou a vida, como fenômeno biológico e social, estruturalmente assegurada para a maioria de sua população - o que nenhum outro país da América Latina logrou conquistar nesses últimos 33 anos.

3. O DEMOCRÁTICO DIREITO À VIDA

Para quem raciocina a partir de seus próprios interesses, Cuba é um país insuportável. Não se pode ter empregada doméstica nem carro próprio com facilidade, nem fazer turismo no exterior ou ter acesso a bens de consumo supérfluos, como o último CD de Pavarotti ou um frasco de perfume francês. Aos amigos que me perguntam como é a vida em Cuba, advirto: “Para quem é classe alta no Brasil, é o inferno, tantas as restrições que terá de enfrentar; para quem é classe média, o purgatório, tantas as exigências de se adaptar; mas para quem é assalariado ou desempregado, o paraíso, tantas as garantias sociais”.

Cada povo, em cada época, move-se dentro de determinados paradigmas que lhe delineiam o perfil cultural. Seria impensável um grego da época de Aristóteles valorizar o trabalho manual, assim como um judeu da Palestina do século I aceitar a divindade de César. Um nobre da alta Idade Média jamais duvidaria da teoria geocêntrica do Universo, assim como um norte-americano médio deste fim de século XX não duvida da supremacia de seu país no mundo atual, tido por ele como paladino da liberdade.

Hoje, sob hegemonia da ideologia neoliberal, proclama-se a democracia como valor universal. Mas, o que se entende por democracia? Esse simulacro, meramente formal, reinante na América Latina, que nem sequer suporta um governo sandinista na Nicarágua ou o programa do padre Jean-Bertrand Aristides no Haiti, ou a efetiva participação da maioria da população nas decisões políticas e econômicas do país? Se consideramos o sufrágio universal o primeiro atributo da democracia, ainda que legitimando governos excluentes e autoritários, contrários à própria soberania nacional, então não é estranho que citeamos Atenas como protótipo democrático - mesmo sabendo que, para sustentar os 20 mil cidadãos livres que se davam ao luxo de debater no Areópago, havia 400 mil escravos! Contudo, se tomamos a sério a etimologia da democracia, de governo do povo para o povo, somos obrigados a reconhecer que essa utopia ainda não se realizou na face da Terra, exceto em pequenas aldeias indígenas. Mas, sem dúvida, é um passo considerável verificar que, em Cuba, todo o excedente recolhido do trabalho de sua população, pelo Estado, é revertido em benefício da mesma na forma de direitos sociais.

Não se pode analisar a situação cubana sem levar em conta seus condicionamentos histórico-estruturais, como o bloqueio ianque, a dívida externa, o baixo preço de seus produtos de exportação, a dependência tecnológica do (ex-)bloco socialista do Leste europeu. Se não realizou o desejável, Cuba faz o possível para resistir à agressão dos EUA, erradicar a pobreza, dar a todos condições dignas de vida, demonstrar sua efetiva solidariedade internacional. Mesmo estando em desacordo com o princípio do partido único, a ausência de movimentos populares autônomos e a completa estatização da economia, reconheço que as conquistas éticas e sociais da Revolução tornam Cuba um sinal de esperança para todos que, na América Latina, sonham em livrar-se da opressão capitalista, sob a qual as leis do mercado funcionam como um seletivo clube que privilegia uns poucos e exclui a maioria do pleno direito à vida. Basta ver os dados do Census Bureau de 1990, a instituição responsável pelo censo nos EUA: o número de pobres subiu 33,6, entre uma população de 248,7 milhões. Ou seja, mais de 2,1 milhões de pobres em relação a 1989. São consideradas pobres as famílias de quatro pessoas cuja renda não atinge o patamar de US\$ 13.359 por ano. Segundo o governo dos EUA, 1/5 das crianças e 1/3 dos negros do país são pobres.

Se, hoje, 80% da produção mundial são absorvidos por apenas 25% da população, como haverá esperança de vida para os 6 bilhões e 300 milhões de pessoas que habitarão o planeta no ano 2000 fora da socialização dos bens? Nesse sentido, Cuba representa, para quem tem fome de justiça, um sonho de futuro.

Movimento Nacional de Fé e Política
Praça do Carmo, 36 - Centro - S. André - SP
09010-020 - Tel/fax: (11) 4438-9211
E-mail: mov.fepolitica@bol.com.br

REFUNDAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA A PARTIR DA NOVA COSMOLOGIA *

Leonardo Boff **

Em que se funda a luta pelos direitos humanos? Especialmente, aquela que parte da perspectiva das vítimas? Vale dizer, daqueles segmentos da humanidade que nem mais constituem o exército de reserva dos atuais sistemas vigentes? Grandes porções da humanidade estão condenadas ao lumpesinato. Sequer têm o privilégio de serem explorados pelo próprio sistema do capital. Os explorados estão dentro dos sistemas, embora em sua margem perversa. Têm acesso a alguns benefícios do sistema como o salário mínimo e a seguridade social (saúde e aposentadoria). Mas muitíssimos nem isso têm, pois se encontram excluídos da ordem vigente. E há grupos no Terceiro Mundo, particularmente na América Latina, que se empenham pelos direitos desta humanidade humilhada. Têm a ousadia de colocar a questão dos direitos universais a partir dos direitos destes últimos. Onde estão os fundamentos para tal compromisso?

* Conferência apresentada no VII Encontro Nacional dos Direitos Humanos, realizado em Brasília, de 26 a 31 de janeiro de 1992.

** Teólogo da Libertação, Professor de Teologia, Escritor e integrante do Movimento Fé & Política.

1. EM QUE SE FUNDA A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DAS VÍTIMAS ?

O primeiro fundamento está na dignidade da pessoa humana. Os considerados “últimos” têm igual dignidade que os chamados “primeiros”.

Que significa aqui dignidade? Dignidade é um valor. E todo valor comporta duas dimensões mínimas: uma atitude de fascinação face ao outro e uma irradiação que origina esta fascinação.

Alguém descobre no outro algo amável, respeitável e irreduzível no outro mais “outro”, no oprimido e excluído. Sem a identificação desta atitude, sem um mínimo de gosto, de amizade, de admiração e de amor à pessoa humana, por mais humilhada que seja, a luta por sua dignidade é incompreensível. Não se trata de amar alguém do mesmo povo, da mesma raça, um membro da família ou da mesma profissão religiosa. Trata-se de admirar e amar a uma pessoa humana enquanto pessoa humana. Antes de qualquer outra determinação posterior, como “último”, humilhado e ofendido, proletário ou burguês, religioso ou agnóstico. O capitalismo não ama a pessoa humana. Interessa-se apenas por parte dela, sua força de trabalho, os músculos do operário e a cabeça de um trabalhador liberal. Outros sistemas amam só a atitude de adesão ao credo religioso e atropelam, se for preciso, a dignidade da pessoa como tal.

A segunda dimensão da dignidade reside numa irradiação, numa profundidade que se desvela na pessoa humana. Não depende da vontade da pessoa mesma. Trata-se de um valor da qual ela é apenas suporte e portador. Algo maior a habita. Uma luz emana dela. Ela se impõe simplesmente. Tal realidade produz fascinação e produz o respeito face à pessoa do outro.

Que fenômeno é esse? Esse fenômeno reside na vida enquanto vida humana no fato de alguém estar aí vivo e presente. Toda vida, particularmente a humana, constitui uma realidade indisponível. Não descartável. Irreduzível. Vida é algo que nós não produzimos, mas acolhemos. É um fenômeno que emerge de forma misteriosa dentro da criação.

Toda vida causa admiração. É algo imediato e ao mesmo tempo último. Tudo o que vive, se move a partir de dentro. Constitui-se numa realidade aberta para fora. A vida se estrutura numa simbiose com o meio do qual tira os elementos essenciais para a sua sustentação e reprodução. Constatamos aí uma dialogação permanente com o meio ambiente. Acolhe, cria continuamente, auto-organiza-se, controla e sintetiza todos os dados assimilados.

Toda pessoa encontra-se nesse círculo vital. O que a caracteriza é decididamente uma presença. Esta categoria da presença é fundamental para descrever e compreender a singularidade do ser-pessoa. Estar presente não significa estar aí como uma pedra. Estar presente ao nível vivo e humano, comporta uma densificação do ser; é apresentar-se como uma permanente proposta que exige uma resposta e que estabelece uma responsabilidade.

Proposta, resposta e responsabilidade: eis três categorias que deixam aparecer a singularidade da vida humana. Ela se propõe ao outro como uma provocação e uma comunicação. Pela simples presença. Mesmo que não tenha nada a dizer ou não domina nenhum código comum. O simples fato de estar aí vivo face-a-face do outro já estabelece uma comunicação e uma proposta de oferecimento ao outro. A proposta provoca uma resposta. Pode ser de acolhida ou de rechaço ou de indiferença. São atitudes possíveis de resposta. Esta resposta não pode ser esquivada, negada ou postergada. Tem que ser dada. Aqui constatamos algo que se impõe pela própria força intrínseca do fenômeno. Por aí entendemos a emergência da responsabilidade. Etimologicamente, responsabilidade significa o dever e a capacidade de responder ao outro.

Por que a vida humana (e, no limite, toda forma de vida) se impõe desta maneira, de forma inarredável, imperativa e avassaladora? Tudo o que vive merece viver. Por que esta exigência? Respondemos, porque a vida é sempre sagrada.

Que é o sagrado? Fenomenólogos discerniram duas dimensões básicas do sagrado. Ele é primeiramente uma dimensão de fascinação e de êxtase; diante do outro ficamos parados, abrimos a boca, escancaramos os olhos e afiamos os ouvidos; captamos, admirados, a proposta do outro; podem ocorrer situações em que sentimos a necessidade de gritar, de chorar, de cairmos de joelhos e de encurvarmos a face ao chão

(como, por exemplo, diante de pessoas portadoras de grande carisma, seja artístico, religioso, político e ético-humanitário).

Em segundo lugar, é uma dimensão que nos impõe respeito; não podemos simplesmente desconsiderá-la; ela se impõe ao nosso reconhecimento; nem sequer nos é permitido tocá-la de qualquer jeito; ela exige certo rito; é proibido passar por cima dela; não podemos forçá-la a nada nem a fazer o que desejaremos; somente podemos convidá-la a entabular uma dialogação.

Os antigos expressaram esta experiência do sagrado e da dignidade da pessoa humana com este aforismo: *res sacra homo = o ser humano é uma realidade sagrada!*

Portanto, o homem e a mulher são um lugar privilegiado de revelação e experiência do sagrado. Paremos diante deles. O poder encontra neles seu limite intransponível. Todas as instâncias humanas, particularmente as religiões, devem promover e defender tal sacralidade, pois é essa sacralidade intrínseca à pessoa que confere sacralidade a espaços e a tempos e a outros objetos como o altar, a estátua, a linguagem que então se tornam de profanos em sagrados.

Recapitulando: os direitos humanos se fundam na dignidade humana; a dignidade humana se funda na vida enquanto vida e enquanto vida humana; a vida humana, por sua vez, revela uma sacralidade irrecusável. E esta sacralidade irrecusável se funda em quê? Que se esconde atrás dela? Abordemos esta última indagação.

Se analisarmos a vida em sua especificidade, constatamos que sua característica fundamental é a criatividade. A vida, como dizíamos acima, encontra-se num continuado processo de dialogação com o meio. Assimila dele o que precisa para viver; sintetiza os elementos mais díspares; e forma uma unidade holística ou uma inteireza indivisível. A vida constitui sempre uma totalidade orgânica. Esta totalidade é fruto de um processo de criação. Não existe uma serialização como uma máquina. Aí sabemos de antemão tudo o que vai ocorrer e como será o produto porque lhe conhecemos o projeto inicial. Os produtos apenas se distinguem pelo número. Com a vida não ocorre assim. Há sempre o novo e surpreendente. A síntese deve ser sempre feita, nunca é um dado

simples. A vida humana constrói um mundo, projeta um sentido e aponta para um propósito em permanente abertura para todos os lados. E tal fenômeno ocorre não apenas com aqueles que dispõem de muitos meios de vida. Se dá com todos, por mais empobrecidos que tenham sido feitos.

Portanto, a dignidade da vida humana radica na sua criatividade. O ser humano cria sua própria significação; confere ao mundo uma direção; molda a seu modo o ambiente circundante natural ou social. A criatividade é outro nome para a liberdade. A liberdade é a capacidade de construção de si, de seu universo de significações em contínuo diálogo-interação com o meio ambiente.

Qual é a violência maior que se pode fazer à pessoa humana? Prescindindo a de tirar-lhe a vida, consiste em negar-lhe a liberdade e em impedir-lhe a criatividade. É condená-lo à repetição e à adesão ao projeto do outro. Por isso, a criatividade-liberdade é sagrada, inviolável e um valor supremo.

2. TEMATIZAÇÕES DA DIGNIDADE-SACRALIDADE-CRIATIVIDADE-LIBERDADE HUMANAS

Esta experiência originária foi captada em seus diferentes níveis e elaborada com os mais diversos instrumentos de expressão e comunicação.

a) A expressão religiosa da dignidade humana

A mais antiga expressão foi dada pelas religiões. Por mais díspares que se apresentem as religiões, nestes dois pontos encontram seu denominador comum. Elas valorizam a vida; defendem-na, promovem-na, prometem-lhe a eternidade. Em seguida, todas as religiões desenvolvem a compaixão para com as vidas vulneradas, dos excepcionais, dos doentes, dos pobres e injustiçados. Em algumas culturas, o nascimento de algum excepcional é considerado uma epifania da divindade. Todas o adotam como filho ou filha. Toda a sociedade se organiza para compensar o que a natureza lhe negou. Portanto, as religiões defendem a vida a partir daquelas vidas mais ameaçadas e feridas.

A dignidade de toda vida provém do fato de elas serem criadas por Deus. Toda vida humana guarda uma marca da divindade. Por isso, ela é imagem e semelhança de Deus. Mais ainda, cada pessoa humana, saída de Deus, é entendida como filho e filha de Deus. Por mais singela que seja a origem e por mais contraditória a expressão, cada pessoa jamais deixa de ter suas raízes do coração de Deus. A tradição judaico-cristã levou tal visão até as últimas conseqüências, afirmando que o ser humano foi criado criador. Assim como Deus criou o universo, deu-lhe movimento e harmonia, assim deve o ser humano levar avante este projeto criador. Deve moldar seu mundo, tirar-lhe potencialidades escondidas e levá-las à concretização. É este o sentido originário da expressão “imagem e semelhança de Deus” aplicada ao ser humano, homem e mulher: ser um deus em miniatura, capaz de prolongar o ato criador de Deus para dentro da criação e fazê-lo como um filho e filha responsáveis e não como um déspota irresponsável (o que de fato ocorreu na modernidade).

Pelo fato de sermos filhos e filhas de Deus, Gandhi, por exemplo, tirou poderosas conseqüências políticas: denunciava todo tipo de violência do sistema colonial, a humilhação das pessoas e a violação da liberdade. “Não podemos aceitar que se faça isso a um filho e a uma filha de Deus”. Com sua ação de não-violência ativa criava situações tais que a própria verdade, com sua força intrínseca, desmascarava e destruía a agressão à sacralidade humana.

b) A expressão filosófica da dignidade humana

Que tipo de ser e que modo de ser se revela no fato de alguém ser criador e livre? Esta indagação nos coloca no coração da filosofia. A filosofia não dispõe de um saber específico ao qual somente ela tem acesso. A filosofia se propõe a pensar o que sabemos, a ouvir o não-dito no dito e auscultar o não-pensado no pensado. Quando dizemos que o ser humano é criador e livre, que estamos dizendo do ser humano?

Estamos dizendo que o ser humano é um ser que não está aprisionado no arranjo existencial que ele criou. Que não é refém de suas próprias estruturas. Que não está chamado a apenas reproduzir o mundo no qual vive. Queremos dizer que ele pode ver além do próprio mundo. Que ele pode fantasiar outro mundo, que ele sempre tem brechas

e janelas pelas quais pode ver outras paisagens, diferentes daquelas às quais está acostumado. Ser criador é ser-em-abertura para todos os lados; é ser em permanente dialogação consigo mesmo e com as potencialidades da realidade que ainda não foram atualizadas. Nada mais criativo que um músico ou um pintor. Ele não toca sempre a mesma melodia nem pinta sempre o mesmo quadro. Está continuamente produzindo novas combinações com os 8 sons da escala musical e novos motivos com as cores do arco-íris. Cada ser humano é criador, pois cada um assimila do seu jeito tudo que lhe entra pelos sentidos, sintetiza as experiências, projeta novidades, concretiza-as sempre conferindo ao que faz a sua singularidade.

Tolher a pessoa humana em sua capacidade de criar, de expressar sua visão das coisas, obrigá-la a ser eco da voz dos outros e cortar a ação criadora de singularidades significa violência ao direito fundamental de ser e de viver como humano. Mais que violar este ou aquele direito codificado é agredir a dignidade de ser um ente de abertura e de criação.

c) A expressão antropológica da dignidade humana

O ser criativo (dimensão religiosa) e o ser-em-abertura (dimensão filosófica) traduzem-se numa perspectiva antropológica pela categoria pessoa. Pessoa quer dizer um ser em relação. O ser humano apresenta-se como um nó de relações. Ele existe, isto é, está voltado para voar, em todas as direções, também para dentro de sua interioridade. Sem a relação o ser humano não existe. Eu sou meus relacionamentos. Por isso, a estrutura pessoal reside no dar, receber e retribuir. É dando que o ser humano fica mais ele mesmo; recebendo, se enriquece e permite ao outro também ser, pois lhe propicia dar; retribuindo, estabelece a rede de relações de dar e receber. Neste jogo se constrói a personalidade.

Nada mais violento que impedir o ser humano de se relacionar com a natureza, com os outros semelhantes, com os mais próximos queridos, consigo mesmo. Significa reduzi-lo a um objeto inanimado e morto. Pela participação ele se torna responsável pelo outro e con-cria continuamente o mundo, como jogo de relações, como permanente dialogação.

d) A expressão ética da dignidade humana] ←

A dimensão ética surge quando nos sentimos responsáveis pelo nosso destino e pelo destino do outro. O ser humano emerge como um ser ético quando sente o outro como outro, quando se solidariza com ele, quando desenvolve com-paixão com sua vida e sua causa. Ser ético é poder assumir os interesses do outro até mesmo quando esses interesses não coincidem com os meus. São assumidos porque são percebidos como justos e retos. Somente um ser livre pode ser um ente ético, respeitando o outro, impondo limites ao próprio poder e à própria paixão para salvaguardar a liberdade do outro. O sentido ético da liberdade pessoal reside na capacidade de acolher e potenciar a liberdade do outro. Não é exercer minha liberdade até os limites da liberdade do outro. Antes, comporta estar em comunhão com a liberdade do outro para que ela seja mais livre. Ser livre é fazer com que o outro seja livre. A liberdade existe para afirmar a liberdade do outro. Quer dizer, para estabelecer uma relação com a outra liberdade. Desta relação nasce a responsabilidade, a comunhão, que dão origem à comunidade.

Cortar a capacidade de relação, impedir a responsabilidade pessoal e coletiva, obstruir a capacidade de sentir o outro e deixar-se envolver por sua vida e causa implica em desconsiderar a dignidade humana, comporta reduzi-la a algo que não tem valor e para a qual não vale a pena abrir-se a ela e com ela construir juntos um caminho e um destino.

Portanto, ser criador, ser aberto, ser pessoa implica responsabilidade diante de si e face ao outro. Comporta uma dimensão de inclusão consciente do outro, de construção de um caminho comum, de com-paixão com sua paixão e sua causa. Sem ética nada mais tem valor. Enchafurdamos no pântano dos interesses individuais contra os interesses dos outros e da comunidade. O resultado é a ameaça permanente do pisoteamento da dignidade de cada ser humano e também de cada ente da natureza reduzido a mero recurso para nosso desfrute. Por isso, o imperativo básico da ética não é: faça o bem e evite o mal. Nesta formulação assim abstrata não está decidindo o que é o bem e o que é o mal. Somos entregues a decisões subjetivas e à lógica dos próprios interesses. O imperativo ineludível e cristalino é esse: liberte o pobre! Libertar o pobre supõe a com-paixão, implica amor à pessoa em sua

dignidade de pessoa, significa vergar-se sobre ele como o fez o bom samaritano da parábola evangélica, comporta solidariedade em sua desgraça e vontade de resgate e libertação de sua dignidade. Uma sociedade que não mostra compaixão para com os penalizados da vida (doentes, velhos, crianças abandonadas) é uma sociedade que desrespeita sistematicamente a dignidade da pessoa humana. Ela não vive no direito e na justiça.

e) Expressão política da dignidade humana

A dignidade humana em suas várias expressões, expostas acima, levam também a uma dimensão política. A política tem a ver com as formas de participação no poder de construção da sociedade. O fato de ser criativo, pessoa, livre, responsável, o ser humano vem dotado de uma vontade ontológica de participar. Não se trata de uma vealidade que pode ser ou não ser. Essa vontade é intrínseca. Sem a participação, o ser humano se sente oprimido, forçado a secundar um projeto político do outro para o qual não teve nenhuma colaboração. Mesmo que se sinta beneficiário do sistema social (como é o caso do socialismo de Estado), não se sente feliz porque não é participante na gestação do bem comum. O ser humano politicamente não quer ser beneficiário, mas participante. Ora, as sociedades históricas que conhecemos se caracterizam por poucos mecanismos de participação dos cidadãos. Participam os que detêm o poder, o saber e o ter. Os demais são hegemonzados e reduzidos a uma função subalterna.

A dignidade humana politicamente coloca uma exigência de uma democracia no sentido originário da palavra: na participação do poder por todos, em níveis a serem sempre estabelecidos, no controle deste poder e na rotatividade das funções. Ademais, a sociedade como um todo é somente sã caso predominarem as relações de inclusão o mais possível de todos, relações de solidariedade entre todos, relações de reciprocidade e de complementaridade. Tal dinamismo social é propício à salvaguarda da dignidade humana. Cria as condições de ela se expressar e assim construir o bem comum.

3. FUNDAMENTAÇÃO QUÂNTICA DA DIGNIDADE HUMANA

Até agora temos trabalhado com uma cosmovisão clássica, aquela fundamentalmente ligada a Newton e à fenomenologia moderna. Refletimos a partir da consciência e do que nela se manifesta em termos de relações que se enquadram no espaço, no tempo e na interioridade humana. Mais e mais, porém, se está impondo uma nova cosmologia baseada na mecânica quântica, na nova biologia e na psicologia transpessoal. Esta visão se remonta às partículas subatômicas e às energias originais que subjazem a todo o universo. Esta cosmovisão vem confirmar, curiosamente, os resultados conseguidos pela reflexão anterior. Seu valor reside nisso: mostram que aquilo que pensávamos ser um valor no âmbito humano, religioso, político, na verdade, corresponde à própria realidade em sua expressão mais radical e fundamental. A verdade da consciência se encontra com a verdade das coisas. A lógica da razão coincide com a lógica das energias e partículas subatômicas. Por isso, estimamos que a dignidade humana, numa perspectiva quântica, ganha uma fundamentação derradeira e muito convincente. Exporremos brevemente esta cosmovisão, conscientes dos limites de linguagem e da fragmentaridade das representações.

Pela teoria da relatividade de Einstein, massa e energia são intermutáveis. Considerando a totalidade do universo, a massa/matéria ocupa uma ínfima parte do espaço. Para a física atômica, subatômica e quântica, a matéria existe apenas tendencialmente. As partículas elementares que entram na composição do átomo, do núcleo e dos prótons não são outra coisa que energia em altíssimo grau de concentração.

A mecânica quântica (a expressão “quântico”, “quantum”, vem de Max Planck para designar a quantidade de energia que os átomos irradiam intermitentemente em forma de pacotes) sustenta que se pode descrever todo ser como onda de energia eletromagnética ou como partícula subatômica. Ambos, ondas e partículas, são expressões da mesma realidade. Eles ocorrem sempre simultaneamente. A partícula possui seu momento onda e a onda possui seu momento partícula. São dimensões simultâneas e complementares. Nunca podemos determinar ao mesmo tempo a dimensão onda e a dimensão partícula. Vige uma profunda indeterminação no campo subatômico: o elétron, por exemplo, pode ser onda, como pode ser partícula. Pode também apresentar-se nem

totalmente como onda nem totalmente como partícula, mas como uma composição de ambos; ocorre, como se diz, um “pacote de onda”.

A representação que a física quântica faz da realidade é a seguinte: existiria um transfundo de energia pura, um oceano abissal de energia cósmica da qual irromperiam partículas que existem por um tempo íntimo ou ondas que se manifestariam em bilionésimo de segundos para, em seguida, tanto ondas quanto partículas, voltarem a imergir nesse manancial inesgotável de energia.. Não há vácuo. Tudo constitui uma dança cósmica de energias, um campo energético que pervade tudo e tudo engloba. O universo é um todo unificado e indivisível. Ele forma uma complexíssima rede de relações em todas as direções e em todas as formas. Tudo está relacionado com tudo e em todos os seus pontos. Nada existe fora da relação.

(Se as coisas são assim (energia fundamental, partícula/onda, como surgem as coisas que existem como existem? Como passar dos eventos quânticos para os elementos físicos?

É aqui que entra a função da consciência. A física quântica com Max Planck, Einstein, Dirac e Pauli havia deixado a consciência de fora. Mais ainda. Considerava-se que a imagem de mundo projetada por ela era tão contraditória com a imagem convencional que dever-se-ia deixar de lado qualquer divulgação dela. Só criaria perplexidade. Famosa é a afirmação de Niels Bohr: “Se alguém não ficar perplexo e não se escandalizar com a física quântica é sinal que não a entendeu”.

Com Werner Heisenberg, entretanto, entrou a importância do sujeito observador. É impossível medir simultaneamente a velocidade e a posição de uma partícula. Devemos escolher ou uma ou outra. Se medirmos a velocidade, a posição da partícula já mudou; se medirmos a posição, nos escapa a velocidade. Desta forma há uma radical indeterminação no mundo subatômico.

Nas palavras do próprio Heisenberg, em seu conhecido livro *Física e Filosofia*: “O ato de observação por si mesmo muda a função de possibilidade de maneira descontínua; ele seleciona, entre todos os eventos possíveis, o evento que realmente ocorreu. Portanto, a transição entre o possível e o real ocorreu durante o ato de observação. Isto

significa reconhecer que o sujeito observante influencia o fenômeno observado. Mais ainda. O observador, consoante a mecânica quântica, é imprescindível tanto para a constituição quanto para a observação das características de um fenômeno atômico. Na observação, elétrons que são simultaneamente partícula e onda tornam-se, como por encanto, ou partícula ou onda, dependendo do tipo de experiência que queremos fazer.

O sujeito entra na constituição do real. Descrevendo o real, descrevemos também a nós mesmos implicados nesse real. O mundo não é a coleção de objetos distintos; ele aparece como uma rede de relações entre as diversas partes de um todo unificado. O ser humano é parte constituinte deste todo e é ele que define constantemente o campo real que observamos. Como escreveu uma conhecida física quântica, Danah Zohar, “a realidade acontece quando a vemos; como a realidade acontece, depende de como a vemos” (*O ser quântico* 45,48). O ser consciente con-cria o universo; o sujeito entra em diálogo com o seu meio e dá forma concreta a uma das múltiplas possibilidades da função de onda/partícula.

Se o observador consciente entra na con-formação da realidade, então a questão da consciência é fundamental para a física. Não são poucos os autores que colocam a consciência como a ponte entre a vida cotidiana (a matéria com seu peso e medida, seu espaço e tempo) e a realidade quântica (tudo é energia aparecendo como partícula e onda).

Sem entrar em análises mais pormenorizadas, podemos dizer com os físicos quânticos que o essencial da consciência é sua unidade relacional, sua inteireza relacional não dividida. Próprio da consciência é sintetizar todo tipo de experiências e apresentar uma unidade que recolhe como num nó toda a teia de relações. Em termos quânticos, significa que as ondas vibram de forma uníssona e se sobrepõem tão completamente que constituem uma única onda só. Ou que as inúmeras partes que compõem um sistema ordenado se comportam como um todo e se fundem formando um todo único. Sobrepõem-se de tal forma que perdem completamente a própria individualidade (condensado Bose-Einstein de tipo Fröhlich), qual o som de violinos (formado de muitos violinos) ou uníssono de muitas vozes. Quando isso acontece, emerge a consciência.

[Quando se dá este fenômeno? Somente no nível humano? Na perspectiva quântica tudo o que existe pré-existe e, o que existe e pré-existe, co-existe. A consciência como todos os demais seres possui a sua ancestralidade e sua genealogia. Ela desenvolveu-se através de um longo processo evolutivo a partir de formas elementares de consciência. Assim observou-se que todos os sistemas vivos apresentam o fenômeno da sobreposição das funções de onda e por isso surge uma inteireza relacional.

Uma ameba ou mesmo um caramujo apresentam certo nível de consciência neste sentido de totalidade relacional. Podemos retroceder na busca das raízes da consciência e chegaremos às partículas elementares. A consciência não é uma propriedade da matéria, mas essencialmente um relacionamento entre duas ou mais partículas. “Assim, a forma mais elementar possível de mentalidade seria uma consciência muito primitiva, ligada a duas partículas com funções de onda sobrepostas. Qualquer coisa acima disso, os muitos estados e graus de consciência dependeriam dos muitos tipos e graus de relacionamento que, por sua vez, dependeriam dos muitos tipos e graus de estrutura. Nossa consciência humana, portanto, não é diferente em espécie daquela associada às mais elementares formas de vida ou à matéria elementar, mas é diferente em grau e em nível de complexidade” (Danah Zohar, *O ser quântico*, 124). A diferença, pois, é de grau e não de princípio.

Desde o início, quando houve a primeira sobreposição de onda entre dois elétrons, portanto, quando se estabeleceu a primeira relação entre dois seres elementares, aí se anunciava a consciência em sua forma mais primitiva. O elétron funciona como observador. Entra em relação com o meio. Age e interage, carrega experiências acumuladas. Esse processo con-cria a realidade assim como existe. A consciência vai ascendendo, se complexificando, sendo cada vez mais criativa até alcançar o patamar humano. Aqui o observador autoconsciente ganha maior força de criatividade e co-produção do mundo.

Somos também expressão da estrutura última de todo o ser, a dualidade partícula/onda. O lado partícula em nós se densifica e surge o que chamamos corpo. O lado onda em nós origina a mente. Nós somos simultaneamente partícula e onda (corpo e mente). As centenas de partículas subatômicas se apresentam sob dois tipos básicos, férmions

e bósons. Os férmions constituem um conglomerado de partículas que dão origem à matéria (elétrons, prótons e nêutrons). Suas funções de onda se sobrepõem em pequena escala. Por isso existe a solidez da matéria e pouca relação. Os bósons (fótons, glúons e grávitons) são partículas de relacionamento. As funções de onda se sobrepõem e por isso criam a unidade do universo relacional. Têm menos densidade e são mais comunicação. Bósons existem desde o início. São parceiros da criação. Na medida em que somos corpo estamos do lado dos férmions, na medida em que somos mente estamos do lado dos bósons. Somos uma realidade que, de forma simultânea e complementar, se afirma e está aí (corpo), mas ao mesmo tempo nos abrimos e entretemos uma complexa trama de relações em todos os níveis de nossa existência (espírito).

Na visão quântica mais avançada, aquela que dialoga com as ciências biológicas, já não se vê a matéria como algo estático e inerte. É algo ativo e vivo, pois a matéria possui interioridade, na expressão do prêmio Nobel de química em 1977, Ilya Prigogine. Em cada partícula de um ser existe uma história de bilhões de anos, mudanças, interações com outras partículas. Tudo isso introduziu modificações irreversíveis, experiências ligadas à seta do tempo, à evolução e à história. “Portanto, toda a matéria do universo se caracteriza pela reatividade, criatividade e neste sentido diálogo” (R. Weber, *Diálogos com cientistas e sábios*, 227).

Por causa desta dinâmica, a criação toda revela um sentido de direção; tende a gerar formas cada vez mais complexas e interativas. Nos seres vivos, mostra-se um sentido cada mais nítido. O sentido realiza-se no ato cada vez mais rico de dialogação e de criação. Os seres vivos são complexos organizacionais abertos, sem um equilíbrio rígido (Prigogine chama a isso de “estruturas dispersivas”) e em permanente simbiose com o meio num ininterrupto fluxo dinâmico. Esse jogo não é aleatório, regido pelo acaso e a necessidade (J. Monod), mas é espontâneo, novo e criativo. Mostra uma auto-organização, autocontrole e uma beleza cada vez mais grandiosos. O caos é sempre generativo e vai criando ordens sempre mais complexas e criativas. A vida tende a criar continuamente mais vida e maior unidade holística, panrelacional, vale dizer, ela se torna cada vez mais interiorizada e assim consciente e autoconsciente.

Esta criatividade se manifesta eminentemente na pessoa humana. Ela se encontra em permanente dialogação com a realidade. Atualiza potencialidades da natureza e as transforma em história. Atua sobre si mesma e vai criando sua própria história em articulação com a totalidade do universo no qual está inserida e é parte e parcela. Sua subjetividade também é partilhada: acolhe o outro, abre-se ao mundo como valor. Cada ser humano se torna responsável pelo mundo porque, na relação para com ele, ajuda a criá-lo. A consciência constitui a dinâmica básica através da qual o universo se expande. Quanto mais cresce a consciência e o nível de dialogação com o mundo, mais se acelera o processo evolutivo, mais emergem complexidades, maior se revela o sentido de unidade na riqueza das diversidades. Mais e mais o universo se acerca ao seu ponto ômega.

Nesta perspectiva quântica, como se depreende, o ser humano emerge como um ser de relações. Ele se insere no universo das energias que se apresentam simultânea e complementarmente como partículas e ondas; convive com estes contrários, conferindo dinamismo à sua unidade; por outro lado, os contrários que não são contraditórios (um não anula o outro) se complementam dando ainda maior expressão ao fluxo vital.

Sua característica singular reside no fato de ser consciência. Com isso forma um todo relacional, resume em si o universo. Pela consciência revela sua característica essencial: ser criador. Continuamente interage com o universo, pode criar unidades e coerências cada vez mais complexas e ricas.

O ser humano emerge, pois, como con-criador do universo. Nas palavras de Danah Zohar, uma das físicas que mais ajudou ao lado de David Bohm, Ilya Prigogine e Fritjof Capra e outros, a formular uma cosmovisão quântica: "A cosmovisão quântica transcende a dicotomia entre mente e corpo, entre interior e exterior, revelando-nos que as unidades básicas constitutivas da mente (bósons) e as unidades básicas constitutivas da matéria (férmions) brotam de um substrato comum (o vácuo que é cheio, pois se trata do oceano das energias cósmicas) e estão empenhadas num diálogo mutuamente criativo, cujas raízes remontam ao próprio cerne da criação da realidade. Em outros termos, a mente é relacionamento e a matéria aquilo que é relacionado. Nenhuma delas,

sozinha, poderia evoluir ou expressar algo. Juntas, elas nos dão os seres humanos e o mundo” (*O ser quântico*, 292).

A percepção da unidade do todo e da interligação de todos os seres evoca, como primeiro sentimento, o senso da fraternidade universal, a reverência para com a criação e a com-paixão para com o lado sofredor da criação. Custa-nos tolerar a terra ferida e seus habitantes penalizados por aqueles que rompem egoisticamente o todo em benefício de sua parte. Sentimos responsabilidade para com a totalidade dinâmica mas harmônica. Todos têm direito de viver solidários e sentir sua inclusão num todo maior.

A partir destas considerações, surge clara a eminente dignidade de cada ser humano. Nele se capitalizam as energias cósmicas e o sentido do universo. Através de sua consciência, cujas raízes remontam ao princípio do Big Bang, o universo interage e mostra totalidades relacionais cada vez mais complexas. Sua dignidade está em ser co-criador do universo. Não era outra a intenção das religiões e do pensamento humano mais ancestral e moderno como vimos no início de nossas reflexões quando se falava do ser humano, homem e mulher, como criado criador, como ser-abertura, como pessoa, como um nó-de-relações, como responsável pelo destino próprio e dos outros e como um ser de participação na construção política da história.

Por isso também não há violência maior feita ao ser humano do que impedir-lhe de ser criador, de exceder sua consciência e sua liberdade para estabelecer cada vez mais abertas e exclusivas. Por aí vemos o quanto devemos mudar em nossas sociedades e nos modelos de convivência para estarmos à altura da vocação humana. A luta pelos direitos humanos, a perspectiva das vítimas, é uma luta política, pois deseja erradicar as causas político-sociais que produzem a permanente violação da dignidade humana. Essa luta política inclui a gestação do homem novo e da mulher nova, convertendo sua mente e seu coração para o ato do criador, para o sentido da totalidade orgânica e da fraternura (fraternidade e ternura) universal para com todos os seres da criação. Se sua mente estiver límpida e seu coração amorizado, sua relação para com o universo dos seres, a começar pelos que sofrem, será de com-paixão e responsabilidade para com a cura das chagas que sangram injustamente.

Esta luta, para que seja universal, deve começar pelos últimos, aqueles que sempre são humilhados e ofendidos da história. Somente a partir dos últimos pode abrir-se aos penúltimos e antepenúltimos, enfim, a todos os demais, liberando a criatividade e refazendo a fraternidade rompida, na qual não haverá primeiros e últimos, mas simplesmente cidadãos e irmãos e irmãs.

Daí o caráter messiânico e profundamente libertador dos grupos que organizam a luta pelos direitos humanos a partir da ótica dos empobrecidos, marginalizados e excluídos. Pelo fato de serem humanos, eles estão con-criando o universo. Por que não podem ser con-criadores do mundo no qual querem viver? Por que devem ser atrelados à criação excludente de uma classe ou subalternizados por aqueles que apropriam para si os instrumentos de participação social e política?

Precisamos fazer o nosso grande êxodo, atravessar o mar vermelho do mundo das inclusões, da realidade da repetição para a realidade da criação; importa atravessar o nosso rubicon que nos mantém na pré-história de nós mesmos para irrompermos na terra prometida dos seres humanos entrelaçados por uma rede de vida, de sentido, de colaboração, de diferenças que se complementam, construindo juntos o reino humano no qual a própria seta da criação ascende rumo a uma unidade orgânica e supremamente bem-aventurada que nós chamamos Deus.

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL:

- Davies, P., *Deus e a nova física*, Lisboa, 1988, p. 83ss.
Bateson, G., *Steps on Ecology of Mind*, N. York, 1972, toda a IV parte.
Morin, E., *La méthode. La vie de la vie*, Paris, 1980, p. 414ss.
Capra, F., *O ponto de mutação*, S. Paulo, 1986, p. 259ss.
Ruyer, R., *A gnose de Princeton*, S. Paulo, 1989, p. 62ss; 143ss.
Prigogine, I. e Stengers, I., *A nova aliança*, Brasília, 1984.
Berry, T., *O sonho da terra*, Petrópolis, 1992, p. 29ss.

- Weber, R., **Diálogos com cientistas e sábios**, S. Paulo, 1988, p. 121ss; 223ss.
- Weil, P., **A consciência cósmica**, Petrópolis, 1978, p. 29ss.
- Heisenberg, W., **Física e filosofia**, Brasília, 1987.
- Crema, R., **Introdução à visão holística**, S. Paulo, 1988, p. 59ss.
- Zohar, D., **O ser quântico**, S. Paulo, 1991, p. 89ss.

RELATÓRIO DA ASSEMBLÉIA DO MOVIMENTO FÉ E POLÍTICA

13/03/1992, Alto da Boa Vista - RJ

INTRODUÇÃO

Claudio Vereza e Pedro Ribeiro abriram a discussão sobre o CARÁTER DO MOVIMENTO, a partir de seu histórico, com os vários passos dados, a cada assembleia, e com a concepção do MF&P em seu início:

- * A “tribo” e sua relação com/no PT e a consequente necessidade de formação dos militantes cristãos. Daí a publicação dos Cadernos e a realização dos Encontros;
- * A necessidade da criação de um espaço fraterno em que esses militantes pudessem se fortalecer na fé e na luta;
- * A prestação de serviços aos diversos grupos espalhados pelo país: os Cadernos são muito procurados, os retiros e encontros são promovidos.

“Na verdade - conclui Pedro - não conseguimos realizar bem nenhum dos três aspectos citados acima”, encaminhando, pois, para o começo da discussão:

- O MF&P deve se transformar numa EQUIPE DE SERVIÇOS aos diversos grupos e aos militantes cristãos, engajados na política, por meio da edição dos CADERNOS DE FÉ E POLÍTICA e da realização eventual de ENCONTROS E RETIROS, a nível nacional, aberto aos interessados. Isto sem uma preocupação com a ORGANIZAÇÃO do Movimento, com COORDENAÇÕES E COORDENADORES, ESTRUTURAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS. É preciso resgatar o desafio de ser MOVIMENTO!

AValiação

Após esta provocação inicial foi feita uma roda avaliativa, onde os presentes puderam fazer uso livre da palavra, seguida de um trabalho, com avaliações diversas, dentre elas as seguintes:

* Com a crise atual de paradigmas há hoje uma dispersão grande, com muitos se sentindo perdidos. Não há uma publicação de referência para a esquerda, como a Revista da Civilização Brasileira, Opinião, Movimento etc. Há apenas pequenas publicações, sem grande circulação. Isto favorece um desalento geral, que também aparece no MF&P. Porém, a questão do fenômeno religioso, a relação fé e política são questões muito atuais. É preciso reacender a chama! O MF&P deve ter como "eixo" central a publicação de Cadernos de Fé e Política ("Revista"), que deve ser mais ousada e profissional;

* "Sentimos um vazio hoje". Nossa formação individual foi calcada no individualismo, na competição etc. Depois, negamos esse individualismo, afirmando uma coletividade absoluta, racionalizada, masculinizada... A crise geral, hoje, leva-nos a uma redescoberta da dimensão pessoal, mas sem conseguir realizar a síntese, voltando de novo ao individualismo. Eis o desafio: conseguir esta síntese, buscando-a inteiramente. O MF&P pode contribuir para isso. Porém, ficar somente com a Revista é pouco, não compromete muito as pessoas. O MF&P deve se concretizar nos grupos locais, em cada cidade e estado. Precisa acontecer no cotidiano;

* o MF&P nasceu no auge da mobilização política. Hoje, a crise pessoal e o descenso do movimento social/político afetam o Movimento, visto ser este o reflexo da própria realidade dos militantes cristãos. Por isto precisamos caminhar a partir do que nos é possível no momento: a elaboração dos Cadernos, de forma mais profissional, informativa e formativa, o incentivo à formação dos grupos locais e a preparação de Encontros e Retiros, tendo em vista a realimentação de nossa esperança, que poderá mudar o perfil da realidade constatada;

* ser Movimento enquanto algo que vai acontecendo e não ser Movimento enquanto organização e estruturação. Os Cadernos emergiriam como facilitadores da formação que necessitamos;

* os Encontros ajudam-nos a referenciar a reflexão publicada nos Cadernos com a prática, a base, a realidade (“para que o Conselho Editorial não fique fechado”);

* os Cadernos devem funcionar como expressão de uma espécie de “central de intercomunicações”;

* o desafio será conciliar Movimento organizado com desorganização estrutural;

* os Encontros precisam ter o caráter de grandes celebrações, onde nos sentimos realimentados na fé e na vontade de lutar;

* devemos deixar os grupos fluírem na base, sem preocupação e pretensão em enquadrá-los. O Movimento, enquanto inspiração de síntese entre fé e política não está em crise nas bases locais. Ele acontece, independente de nossas questões aqui levantadas. Precisamos fortalecer essa dinâmica que flui, como forma alternativa à nossa estruturação presente. A realidade já cobra demais de cada um. O Movimento tem sido uma instância de cobrança e não espaço de realimentação de nossa mística;

* os Cadernos precisam manter uma linguagem popular. Não podemos esquecer os nossos destinatários atuais;

* para os Encontros não deve haver critérios de participação: todos os grupos devem ter direito de participar dos eventos nacionais. Para isso, há que resolver a questão financeira, através do encaminhamento de um Projeto.

SÍNTESE DOS GRUPOS:

CARÁTER DO MOVIMENTO FÉ E POLÍTICA

O Movimento deve perseverar enquanto espírito, “ethos” e não como organização, com estrutura. Aqui recupera-se a concepção original do Encontro de fundação, que foi aprofundada no II Encontro: reafirma-se a carta de princípios em sua totalidade.

Questão Organizacional:

1) O QUE O MOVIMENTO NÃO TERÁ MAIS

* Coordenação e Coordenador Nacional, Responsáveis, Coordenadores nos Estados - a não ser que os grupos estaduais ou locais assim se organizem, por deliberação própria e não por parte do Movimento enquanto estrutura;

* Deveres de pertença: contribuição obrigatória, venda e assinatura de Cadernos como dever de “apoio”;

* Vagas limitadas e definidas previamente para os Encontros;

* A distinção “fundadores” e “não-fundadores” do MF&P;

* Assembléia Geral Nacional em caráter deliberativo.

2) O QUE TERÁ E SERÁ O MOVIMENTO

2.1) CADERNOS DE FÉ E POLÍTICA

* Com periodicidade definida: trimestral. Neste ano de 1992, far-se-á o possível para retomar a periodicidade dos Cadernos;

* com textos, reflexões, entrevistas e intercâmbio de experiências locais e testemunhos dos diversos grupos existentes;

* zelar por uma linguagem popular, que o mantenha acessível aos militantes;

* com mais seções do que os Cadernos já editados, sem se tornar algo pesado;

* secretaria de redação profissional, com sistema de assinaturas regular, distribuição e venda em livraria e distribuidores populares;

* abertos para contribuições escritas, enviadas por pessoas, grupos e comunidades que tenham a fé e a política como “eixo” de suas lutas;

* **CONSELHO EDITORIAL**, que tem caráter deliberativo e de coordenação dos Cadernos, com as seguintes tarefas:

a) definir, anualmente, os rumos dos Cadernos;

b) cadastrar assessores para o atendimento de pedidos dos grupos locais - captando as sugestões e anseios dos mesmos -, indicando-os, se necessário, para a Secretaria, que se encarregará de fazer os contatos;

c) promover e organizar Encontros e Retiros, em nível nacional, que serão abertos à participação daqueles que se identificam com a Carta de Princípios do Movimento e comungam com a sua identidade. Esses Encontros e Retiros terão a perspectiva de abranger o maior número possível de pessoas, sempre de acordo com as condições financeiras do MF&P;

d) elaborar projetos para a captação de recursos financeiros para as atividades - Cadernos, Encontros e Retiros - do MF&P. As contribuições financeiras dos membros do Movimento passam a ser livres e não mais obrigatórias;

e) foram eleitas as seguintes pessoas para compor o Conselho Editorial: Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Marcos Arruda, Leonardo Boff, Gilberto Carvalho, Carlos Salzano, Fr. Betto, Márcia Miranda, Carlos Eduardo de Souza Leite (Caê), Cícero Gomes Correia, Clodovis Boff, Claudio Vereza, Antônio Carlos Moura, Terezinha Toledo, Nilson Mourão e Luiz Eduardo Prates da Silva. Falta-nos a confirmação de Clodovis Boff, Antônio Carlos Moura e Luiz Eduardo Prates da Silva, que não estiveram presentes no momento de indicação de seus nomes;

f) os Cadernos deverão, a longo prazo, se auto-sustentarem, ao menos na sua produção industrial.

2.2) GRUPOS LOCAIS

* Gozam de total autonomia/liberdade de organização, sem vinculação orgânica ao MF&P;

* o MF&P estimulará a experiência de grupos não somente de reflexão periódica, mas também enquanto espaços de celebração/realimentação na fé e na luta dos militantes cristãos.

2.3) ENCONTROS E RETIROS

* Em nível nacional, aberto aos participantes interessados de todas as regiões do Brasil;

* serão realizados sempre que as condições financeiras permitirem, tendo em vista o alto custo de passagens e hospedagens.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CONSELHO EDITORIAL

- 14/03/1992, Rio de Janeiro

Presenças: Terezinha Toledo, Cícero, Pedro Ribeiro, Leonardo Boff, Carlos Salzano, Claudio Vereza, Nilson Mourão, Caê e Márcia Miranda.

1) FUNCIONAMENTO DO CONSELHO E RESPONSABILIDADES

1.1) SECRETARIA DE REDAÇÃO

- Redator: Leonardo Boff
- Co-Redator: Waldemar Boff
- Secretária de Redação: Maristela Barenco C. de Mello
- Secretária de Administração: Denise Câmara

1.2) FUNCIONAMENTO DO CONSELHO EDITORIAL

- * Duas reuniões anuais. Em 92, a segunda reunião será após as eleições: 18 e 20 de novembro, a ser confirmada;
- * havendo necessidade, o CE se reúne com quem puder participar, fazendo consultas telefônicas aos demais. Que não se deixe de tomar decisões por falta da presença de todos;
- * cada membro do CE ajudará:

- na indicação de pessoas/grupos a serem contactados para assessorias ou contribuições para os Cadernos;
- na busca de assuntos de interesses dos grupos;
- no recolhimento de notícias e experiências dos grupos para a publicação nos Cadernos;
- o ponto de referência para os contatos (segunda atribuição do CE) continua sendo em Petrópolis (C.D.D.H.).

1.3) CADERNOS DE FÉ E POLÍTICA

- * Reeditar o Caderno nº 1;
- * cadernos nº 7 e 8: sairão ainda no estilo atual;
- * caderno nº 8: sobre a temática da ECOLOGIA;
- * no geral, não publicar (reproduzir) textos já publicados em veículos nacionais;
- * publicar relatos das experiências dos grupos.

1.4) FINANÇAS

- * Possibilidade de contribuições voluntárias dos membros do MF&P;
- * organizar uma melhor distribuição dos Cadernos em Dioceses, Paróquias, Entidades e Livrarias Populares e Partidos;
- * trabalhar para que os Cadernos se auto-sustentem, ao menos em sua produção industrial;
- * como não há mais recursos para novos encontros, estes ficam adiados para quando tivermos aprovações de projetos financeiros.

Observação: O Relatório do Encontro do Movimento Fé e Política sobre Ecologia, Justiça e Espiritualidade, realizado em São Paulo (Capão Redondo), nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 1991, será publicado no Caderno nº 8, tendo em vista a temática em questão. O Relatório apresenta um rico conteúdo sobre Ecologia, desenvolvido por Leonardo Boff.

Sem mais, um grande abraço!

Claudio Vereza
Vilha Velha - ES

1. CAPITALISMO

O capital é um sistema "sui-generis" que tem por base a generalização de um modo peculiar de divisão social do trabalho, qual seja a economia mercantil, e bem mais antiga que o capitalismo e provavelmente o relacionamento entre comunidades autônomas não havia interferência de qualquer poder soberano. Logo, a repartição dos bens não era governada por uma vontade superior nem por instituições das comunidades. A única alternativa passaria a ser a troca entre sujeitos iguais, que só se engajariam nele se o ganho fosse maior que o sacrifício.

A economia de mercado não é Antiquidade, funcionando de forma suplementar à economia doméstica, em governada pela vontade da comunidade. Na Idade Média, a economia de mercado exerceu uma influência decisiva na produção, se realizava de acordo com regras estabelecidas entre os produtores.

(*) Economista, graduado em Economia pela Universidade de Princeton e na própria USP, onde hoje é Professor. Foi um dos fundadores do CEBRAP. Autor de livros sobre economia, demografia, estatística. Ex-Secretário Municipal de Planejamento de São Paulo.

Crônica

DO CÉU, VÊ-SE TUDO (História do Movimento Fé & Política Vista do Céu)

Maurício Abdalla Guerrieri *

Certa feita, São Pedro, sobre as nuvens que servem de teto para os homens e de piso para os anjos, foi chamado a detalhar um relatório que há dois mil anos atrás havia entregue a Deus. É bem verdade que o relatório havia sido entregue há dois dias. É que “para Deus mil anos é como um dia” e acredito que o inverso também seja verdadeiro.

O relatório quase provocou uma briga entre Pedro e João, pois o objeto do relato foi um evento que se desenvolveu sob os auspícios do último santo. Mas, como pelada no céu não tem falta, ficou tudo por isso mesmo.

No tal relatório, Pepê (é assim que Jesus costuma chamar o dono do chaveiro) informava o Senhor sobre um grupo de cristãos que se reuniu e formou algo com o nome de “Movimento Fé & Política”.

- Honra, glória, poder e louvor! - bradou Pedro entrando no escritório da Santíssima Trindade.

* Leigo, Professor de Filosofia, integrante, cronista e humorista do Movimento Fé & Política.

E lá estava a Trindade, impávida, extremamente confusa, não se sabia quem era quem.

- Bom mil anos, Pedro! - (já disse que para Deus mil anos é como um dia).
- Bom dia Deus! - (para Pedro um dia era um dia mesmo).
- Pepê, não aprendes? Quem tem saudou fui eu, Jesus.
- Perdão.
- Lembra-te do relatório?
- Claro, Jesus!
- Ei! Quem perguntou agora fui eu, o Espírito Santo!
- Perdão. Mas, lembro-me sim.
- Como? Faz dois mil anos...
- Dois dias para mim, ó Santo Espírito.
- Deus!
- Perdão, Deus - Pedro franziu o cenho conturbado e, em atitude de súplica, pediu - Não dá para falar um só?
- Tudo bem, falo eu.
- Eu quem?
- O Pai.
- Combinamos assim, então - concluiu o santo aliviado.

Seguiu-se um silêncio. Pedro perturbou-se e tentou dar prosseguimento à conversa.

- Pai...
- Um momento, estamos atendendo a um pedido. Novamente o silêncio. Após isso, seguiu-se o diálogo.
- O que, afinal, é isso, caro Pedro, "Movimento Fé & Política"?
- Não disse bem claro o meu filho que o que eu uni o homem não separe?
- Eles não separam, Senhor. Ao contrário, tentam unir de forma indissociável.
- Quem participa disso, além dos que constam do relatório?
- Não se sabe.
- Como se organizam?
- Não se sabe, Senhor.

Deus suspirou entediado. Foi esta a causa do furacão no México, em que pese a não coincidência de data. Afinal, para Deus mil anos...

- O que pretendem fazer? - prosseguiu o Pai.
- Dizem que, enquanto movimento, não fazem nada.
- Mas que diabos...?
- Pai?! - espantou-se Jesus, o filho.
- Perdão, filho. Pedro, meu santo, já que a coisa está tão indefinida assim, investiga e faz um novo relatório.
- Assim farei, ó Santo dos Santos!
- Agora vá, teus pedidos estão acumulados na mesa. Pedro espantou-se.

- Como sabeis, Senhor?
- Onisciência, filho, onisciência...



Pedro, o santo, sentado à sua mesinha de recepção abarrotada de pedidos - a maioria de pescadores -, fazia a sua sessão de cadastramento das novas almas que haviam ascendido ao céu. À sua frente, um tipo estranhíssimo, de barbas e óculos escuros, seguido de uma imensa fila que sumia nas nuvens.

- Nome? - São Pedro, sem tirar os olhos do grande livro, segurava entediado a sua pena ansioso pela informatização prometida por Maria, a Mãe, que fazia os serviços de administração do céu.
- Raul Santos Seixas...

Neste momento, soou uma pequena e melodiosa campainha no canto da mesa do santo. Era um chamado da Santíssima Trindade. Pedro suspirou agastado, largou a pena e dirigiu-se ao escritório da Trindade. O sujeito de barba, para suportar a espera, cantarolou baixinho: “Eu nasci, há dez mil anos atrás...”

- Honra, glória, poder e louvor!
- Pepê, a respeito de teu suspiro agastado...
- Perdão, err... Jesus?
- Quem mais te chama de Pepê?
- Perdão, Senhor, é o cansaço.
- Aquele grupo de cristãos de quem nos falavas voltou a se reunir, não é?
- Sim, Jesus, mas confesso...
- Espírito Santo.

Pedro pensou: “vai começar de novo...”

- Eu ouvi isso.
- Quem ouviu?
- Não importa, prossiga.

Pedro, de fato, estava com um aspecto de cansaço em virtude das tantas almas que nos últimos anos vinham chegando, principalmente de crianças...

- Confesso - prosseguiu o santo - que não tive como escrever um relatório. Primeiro pelo tempo, ó Santíssimo, segundo por uma enorme confusão que este grupo arranja.
- Tempo? O que fizeste nestes últimos milhares de anos?
- Não chegou a um ano, Senhor - a voz de Pedro assumia um tom choroso. (A propósito, já disse que para Deus mil anos...)
- Certo, mas quais são as novidades?
- Eles já começaram a se organizar de forma ainda um tanto quanto indefinida, Senhor, mas já representa um grande avanço.
- Sabes, santo Pedro, confesso que estou tendo uma simpatia especial por este grupo. Temo só que ele acabe antes do tempo.
- Pelo andamento do processo, ó Santo dos Santos, creio que vão perdurar. Sabei que neste último encontro eles já definiram

até quem são os integrantes do grupo: todos os que aceitarem a carta de princípios e que venderem dez cadernos destes - Pedro aproximou-se da Trindade e pôs sobre a mesa o exemplar nº4 do "Cadernos de Fé & Política". A propósito, Senhor, neste caderno poderei encontrar dados sobre a natureza do movimento. Eles pretendem ser suprapartidários, não confessionais...

- Estou lendo isso, Pedro.

- Certo, Senhor. Além disso, já elegeram coordenadores e estão articulando o movimento a níveis estadual e municipal. É bem verdade que existem os que questionam o nome "movimento" para caracterizar um grupo que não pretende ser rígido em suas estruturas. Mas há quase um consenso de que um mínimo de organização deve ter e... e... Ah! Senhor, eles complicam muito a coisa... Falam em níveis estadual e municipal, mas nem sequer têm um controle sobre as atividades dos grupos...

- Eu entendo tua confusão, Pedro. Foi assim com a Igreja, lembra-te? Depois, deu no que deu. Entendo também a preocupação destes meus filhos. Se organizar demais, como dizem os homens, esculhamba.

- Sabeis, Senhor temo que isto aconteça com eles. Estão estruturando muito, não acha, ó Senhor dos Senhores?

- Deixa de lado tuas preocupações, Pedro. E pára um pouco de me chamar com estes títulos. No mais, eu estarei velando por eles.

- Posso ir, Pai?

- À vontade.

Pedro ia se retirando quando Deus comentou baixinho: "Bom este caderninho, não?". Pedro voltou-se e perguntou: "Disse alguma coisa, mestre?". "Não, nada...", respondeu a Trindade.

O sujeito de barbas e óculos escuros estava sentado nas nuvens esperando a volta do Santo. Sentando-se novamente na cadeira, Pedro prosseguiu o cadastramento.

- Quem é mesmo você?

O estranho sujeito respondeu cantando: "Eu sou a luz das estrelas..."



Pedro voltou à conversa.

- O ano que vem terá novo encontro e essas coisas serão melhor definidas.

- Eu cuidarei disso, Pedro. A propósito, não tens mais daqueles caderninhos? Eles demoram milhares de anos para sair...

(Creio que já disse que, para Deus, mil anos...)

- Nada de novo, Senhor, apenas um retiro sobre ecologia e as mesmas discussões.

- Intensificarei o sopro de meu Espírito...



Desta vez, Pedro correu ao escritório da Trindade por sua própria iniciativa, sem que houvesse um chamado exclusivo.

- Honra, glória e etcétera...

- Que espécie de saudação é esta, Santo?

- É que tenho pressa, Senhor. Acabaram de destruir o "Movimento Fé & Política"...!

- Como?! Eu já estava fazendo as minhas malas para ir morar lá com eles... Acho que o sopro foi exagerado.

- É verdade, ó Pai, me parece que são loucos...

Neste momento, alguém bateu à porta.

- Entra, João - disse Deus. Já te vi escutando atrás da porta.

- Desculpai, Senhor - João entrou meio sem graça -, mas é que Pedro não vos esclareceu direito sobre o que ocorreu. Afinal, o santo que está acompanhando o movimento desde a sua fundação é este que vos fala.

Pedro fez um muxoxo e voltou a face para o chão. João prosseguiu.

- Há uma meia verdade aí. De fato, o movimento, enquanto organização, acabou mesmo. A proposta inicial de ser uma articulação entre os militantes cristãos no mundo da política foi, mais do que nunca, reavivada e agora houve um consenso que o movimento deve ser um espírito, sem organização, sem seleção de integrantes, sem uma coordenação nacional que seria responsável pelas estaduais ou municipais - não há nem ao menos estes níveis. Quem quiser que se reúna, mas sem vinculações com instâncias superiores. O que havia de serviço no movimento eram os cadernos...

- E muito bons, por sinal - interrompeu Jesus.

- ... que continuarão. O grupo que será responsável pela publicação destes cadernos se incumbirá de também realizar encontros nacionais, dos quais quem quiser pode participar. Os cadernos serão melhorados e tomarão uma nova dimensão. E... deixe-me ver se me lembro mais de algo...

- Podes parar, caro João, creio que entendi. Ademais, acredito que isto sairá no próximo caderno. Acho que é melhor assim, pois agora não correm mais o risco de se tornarem uma igreja ou mais uma das tantas organizações que existem que, no fim, acabam sempre caducando. No mais, caros santos cumpridores fiéis de suas tarefas, aguardarei os próximos milhares de anos para um novo encontro se realizar...

Pedro e João, juntos em coro, disseram: "Um ano, apenas, Senhor!"

É que, para Deus, mil anos...

SER PARLAMENTAR E SER CRISTÃO

Selvino Heck *

1.

Em primeiro lugar, creio ser importante considerar uma trajetória de luta e de compromisso com a classe trabalhadora nos últimos 15 anos. Aí está a base, a causa e o sentido de eu ter sido um parlamentar com determinado tipo de atuação, e não outra, e pertencendo a determinado partido, e não outro.

Esta trajetória de luta e este compromisso com a classe trabalhadora deram-se através das CEBs, da Pastoral Operária, da luta de bairros e da presença no movimento sindical. A partir daí, e não previamente, no meu caso, surgiu a consciência de classe de forma mais nítida, tornou-se clara a necessidade da militância político-partidária e de organização de um partido político coerente com esta prática já vivida e consolidada.

O que isso quer dizer? Que nesse processo formou-se uma visão política e formou-se uma visão do que é ser cristão.

* Ex-Deputado Estadual PT/RS, integrante do Movimento Fé & Política.

2.

Portanto, em segundo lugar, fui um parlamentar cristão e não um cristão parlamentar. Ou seja, atuei embasado numa prática política construída durante longos anos, que se expressou através de um partido político que tem propostas, tem programa e tem um projeto de sociedade. Aí está a base, o que segura a atividade parlamentar, o que a orienta, o seu estímulo fundamental: um projeto e uma prática política vividos há tempo, que acredita no povo, acredita na capacidade de organização da classe trabalhadora para a transformação da sociedade capitalista em nova sociedade, onde o homem esteja em primeiro lugar, uma sociedade socialista.

Se eu fosse um cristão parlamentar, eu teria que fazer como o grupo de evangélicos na Constituinte: reúnem-se entre si, têm propostas comuns só entre eles, porque afinal só têm compromisso com sua Igreja que os elegeu. Eu não. Junto-me com todos aqueles que, cristãos ou não, têm a mesma prática política e o mesmo projeto de sociedade.

3.

Onde então está o parlamentar que é cristão?

Está num aprendizado coletivo de longos anos nos círculos bíblicos, nos grupos de reflexão, nos cursos, nos encontros da PO (Pastoral Operária). E que é experiência acumulada, vivida!

Está na fé, que nem todos os parlamentares têm, nem têm a mesma, que se fundamenta num Deus dos pobres, libertador, que acompanha seu povo na história.

Está numa mística que ampara a pessoa, o homem, que torna capaz dos maiores sacrifícios, que não deixa abandonar a causa, que faz dizer depois de cada encontro ou celebração numa comunidade de base ou na PO: "Nem que eu quisesse, não consigo e não me deixam perder a fé".

Está no sentido humano, que se dá à vida e que faz ver cada pessoa como transcendente e ser capaz de ter esperança, apesar de tudo.

Isto tudo, evidente, sustenta o parlamentar, como sustenta o militante sindical, o agente de pastoral, o participante da PO.

4.

Mas que serviço presta, então, o parlamentar à classe trabalhadora (não porque é cristão, porque quase todos os parlamentares se dizem cristãos), mas este parlamentar com esta trajetória de luta e este compromisso com a classe trabalhadora?

O parlamentar presta um serviço, e assim tem que ser visto, com determinadas características, próprias a um parlamentar, da mesma forma como o dirigente sindical e comunitário prestam um serviço dentro do seu campo de atuação, e assim por diante.

Como tem acesso à tribuna e acesso mais fácil aos meios de comunicação, procura usá-los sempre na defesa da classe trabalhadora, e nunca para defender a burguesia e a classe dominante. Denuncia a injustiça, a exploração, os baixos salários, o governo corrupto e aliado do grande capital. Procura informar e tomar posição favorável nas greves, nas lutas pela terra, nas reivindicações urbanas.

Porém, mais que usar a tribuna e os meios de comunicação, o parlamentar procura estar presente nas lutas, ajudando diretamente. Ele não ficou diferente, ele não está ficando rico, ele não se mascarou. Aconteceu aqui no Rio Grande do Sul, quando alguns deputados do PT apanharam da polícia na greve de 87 e o governador Simon afirmou que parlamentares não deviam estar naquele local, que estar na greve geral não era o lugar deles. Ou seja, ele estava justificando o fato de terem apanhado da polícia. Não, nada disso. Parlamentar não fica no gabinete, bem sentado, esperando que os trabalhadores cheguem até ele; está presente nas lutas, apóia, procura ajudar a levá-las à vitória, seja procurando evitar que a repressão intervenha, seja abrindo espaços de negociação com as autoridades, seja dando moral e ânimo aos companheiros.

O parlamentar também procura apresentar projetos de lei de interesse da classe trabalhadora, discutindo com os trabalhadores organizados estes projetos, recebendo sua contribuição.

O parlamentar, em todos os momentos, procura estimular a organização da classe trabalhadora, colocar todo seu empenho na consciência. Assim, ele contribui, com o conjunto do seu partido, na elaboração e fortalecimento do seu projeto de sociedade, para que um dia ele se concretize e a classe trabalhadora chegue ao poder.

Portanto, dentro do seu espaço, da sua tarefa, o parlamentar mantém-se fiel à causa da classe trabalhadora e dá tudo de si, esforço pessoal, capacidade política, dinheiro etc., para que esta causa, afinal, seja vitoriosa.

5.

Fica bem claro e evidente que o espaço político e parlamentar pode e deve ser ocupado sem constrangimentos e sem vacilação por qualquer cristão. Não é por estar ali que, automaticamente, a pessoa vai perder sua fé ou será corrompida, ou vai esquecer a classe trabalhadora. Não, absolutamente não. Quem está inserido conscientemente num projeto político, procurará levá-lo adiante, não importa o lugar onde esteja. O parlamento é um espaço da sociedade a ser ocupado. Claro que é importante discutir mecanismos que podem ajudar o parlamentar, qualquer parlamentar, também o cristão. Estes mecanismos podem ser do próprio partido (por exemplo, da parte do salário, avaliar a atuação, discuti-la coletivamente etc.), como da comunidade (reuniões frequentes com os parlamentares eleitos, avaliação de sua atuação etc.), ou ainda da Igreja (ver ponto seguinte).

Mas não se precisa temer, de modo algum, a presença no mundo político e parlamentar. A aversão a este espaço, a desconfiança ou a fuga dele só interessam a quem não quer ver a classe trabalhadora um dia chegar ao poder.

6.

Por fim, em último lugar, quero dizer de minha consciência de que estas reflexões têm aspectos polêmicos, em que nem todos pensam igual e de que, inclusive, neste campo ainda estamos, os cristãos, muitas vezes tateando, e de que é preciso estimular e aprofundar a reflexão.

Creio também ser necessário à Igreja como instituição ou os cristãos que atuam mais diretamente neste campo da militância político-partidária encaminharem uma pastoral política, ou coisa parecida, sem significar, absolutamente, que se esteja a formar uma tendência dos cristãos ou uma nova corrente política, sobre o que, nas reflexões acima, creio ter deixado clara minha posição.

Esta pastoral política (o nome pode ser outro) servirá para estimular a vivência e reflexão da fé e para incentivar que mais e mais cristãos assumam a militância político-partidária, porque têm importante papel a assumir na construção da nova sociedade que, sem eles, não virá ou tardará demais.

Os parlamentares cristãos já estão engajados neste processo, mas é preciso que ninguém fique fora dele. Todos estão convidados a se comprometerem com partidos políticos, filiarem-se, militarem, eventualmente serem parlamentares. Este é um campo de luta decisivo para a transformação da sociedade.

Fatos de Fé e Política

O MOVIMENTO FÉ E POLÍTICA EM MINAS

O que existe em termos de MF&P em Minas Gerais?

O grupo presente no encontro tentou responder a esta pergunta, encontrando as seguintes respostas:

a) Cidades onde existem grupos que se reúnem periodicamente: Juiz de Fora, Pains, Itabirito, Contagem, Ipatinga.

b) Cidades onde acontecem encontros espaçados: São João Del-Rei, Paracatu, Itajubá (e cidades da região Sul).

c) Cidades onde existem contatos com pessoas que foram ligadas ou têm interesse no MF&P: Uberlândia, Governador Valadares, Divinópolis, Teófilo Otoni.

Decidimos então enviar um relatório das discussões realizadas no encontro ao maior número possível de pessoas em Minas Gerais, propondo que em cada cidade, comunidade, paróquia, grupo, as pessoas interessadas discutissem o MF&P e convidando para uma reunião no dia 15/02/92, sábado, de 08:00 às 17:00 horas, com a seguinte pauta:

Manhã: Análise de Conjuntura.

Tarde: Planejamento e avaliação.

Local: Edifício Pio XII, Rua Espírito Santo, 1059 - Belo Horizonte.

Desde já pensamos também na realização de um encontro estadual em julho/92.

MOVIMENTO FÉ E POLÍTICA

Nos dias 15 e 16 de novembro/91, 17 companheiros das cidades de Belo Horizonte, Contagem, Itabirito, Divinópolis, Ipatinga e Vespasiano reuniram-se no Encontro Fé e Política, que teve a seguinte pauta:

- Análise da Conjuntura Política;
- Análise da Conjuntura Eclesial e os conflitos vividos pelos militantes cristãos;
- Caráter e organização do Movimento Fé e Política.

Logo no início do encontro levantamos alguns problemas em relação ao pequeno número de participantes. Vários motivos foram colocados:

- * a dificuldade financeira;
- * a má divulgação do encontro (embora a Comissão Organizadora tenha enviado correspondência para todos os endereços disponíveis);
- * a desorganização do Movimento Fé e Política em Minas Gerais, uma vez que a coordenação regional, tirada no último encontro, nunca se reuniu.

Decidimos, no entanto, realizar o encontro, que teve como principal objetivo discutir o Movimento Fé e Política, seu caráter, sua organização nacional e no Estado.

ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA

Fizemos a análise da conjuntura com a contribuição de Tilden Santiago, quando o grupo levantou vários problemas enfrentados hoje

pelo movimento popular, sindical e partidos políticos de esquerda:

* a dificuldade de mobilização do povo em geral;

* as lutas corporativistas e economicistas, tanto nos partidos, quanto no movimento sindical e popular;

* a luta pela sobrevivência tira o povo das lutas políticas, assim como a crescente miséria tira a esperança popular;

* a dificuldade que encontramos todos nós, Igreja Popular, Movimento Sindical, Partidos de esquerda, de chegar até a grande massa dos trabalhadores - em geral falamos e trabalhamos com uma "elite" consciente.

Embora não tenhamos avançado muito no levantamento de pistas para enfrentar a atual conjuntura, dois pontos importantes foram colocados pelos participantes dos grupos:

- a necessidade de retomar o trabalho de base;

- a necessidade de um grupo de auto-acompanhamento, que crie espaços para reflexão, oração, onde as pessoas possam se animar e se assessorar mutuamente.

ANÁLISE DA CONJUNTURA ECLESIAL

Com a ajuda do Pe. Salustiano fizemos uma breve análise da conjuntura eclesial e um rico bate-papo sobre as dificuldades que os militantes cristãos enfrentam com o recuo da Igreja nos últimos anos, bem como os conflitos dos cristãos que, ou são obrigados a abandonar a caminhada de Igreja por não encontrarem espaço na comunidade eclesial, ou não se sentem realizados com o trabalho na Igreja. Encerramos esta etapa com uma celebração, onde partilhamos dúvidas, angústias e a fé e esperança na justiça e na organização dos oprimidos.

O MOVIMENTO FÉ & POLÍTICA

Na discussão do Movimento Fé & Política contamos com a assessoria de Claudio Vereza (Vitória-ES).

Foi uma discussão rica, que ajudou a clarear, mesmo para os companheiros que vêm participando há muito tempo, os objetivos e a organização do MF&P.

Apresentamos então um resumo das discussões:

* O Movimento Fé & Política, enquanto tal, organizou-se em nível nacional a partir de 1989. A partir daí passou a realizar dois encontros anuais (para formação dos militantes e discussão da organização do movimento) e a editar os Cadernos Fé & Política.

OBS: Em Minas Gerais, desde 1987, vêm se realizando os encontros do MF&P, sendo que alguns companheiros têm participado dos encontros e assembléias nacionais.

* É um Movimento estratégico e não tático. Não age nas instâncias políticas, partidárias ou eclesiais, mas anima os militantes.

Repassamos agora dois artigos dos Cadernos Fé & Política que definem bem o caráter do Movimento:

“O MF&P nasceu como uma resposta e não como uma proposta. Surgiu da necessidade concreta de pessoas que queriam refletir e celebrar a sua fé articulada a um engajamento político. Por que Movimento? Porque não é sindicato, não é Igreja, não é partido...”

É um grupo ecumênico, aberto à construção do socialismo. Nada que cheire a uma articulação dos cristãos em vista de uma determinada política. Sendo assim, a participação neste Movimento deverá ser fruto de uma necessidade e não de uma conquista. Para tanto, não se vê a necessidade de muita organização, nada de membros efetivos...”

“Trata-se de um movimento e não de uma organização, portanto, um espaço flexível, aberto, não vinculado a algum partido ou a alguma confissão, onde se podem aprofundar as vinculações que existem entre fé, política, militância, mística e celebração. O Movimento tem, como membros, pessoas que aceitam sua carta de princípios. Estas pessoas agem em nome próprio e não pelo movimento. Este não é um conduto para a atividade política, seus serviços são os encontros, os retiros, as publicações e a formação”.

“Enquanto MF&P, o que fazem seus membros é encontrar-se, orar e autoformar-se. A ação que desenvolvem em movimentos sociais, partidos etc, é em caráter estritamente pessoal e sem nenhuma responsabilidade do MF&P ou vínculo orgânico com ele”.

Nas últimas assembléias, o MF&P discutiu também a questão financeira, tirando as seguintes deliberações:

* O MF&P deve se manter por ele mesmo.

* Os militantes filiados deverão contribuir com 1% de sua renda líquida (mensal ou anualmente); ou contribuir com 10 assinaturas anuais dos Cadernos.

No entanto, o problema continua, principalmente porque não existe uma coordenação e estrutura que acompanhe a questão.

Quanto à organização, existem hoje:

* Coordenação Nacional;

* encontros Nacionais;

* encontros Regionais (ou estaduais);

* possibilidade de coordenações regionais (ou estaduais);

* possibilidade de formação de grupos locais, de auto-acompanhamento, sem vinculação formal.

A Assembléia a se realizar nos dias 23/24/25 de novembro/91, em São Paulo, deverá discutir melhor a organização do movimento, podendo trazer novas definições.

CADERNOS FÉ & POLÍTICA

Os cadernos Fé & Política (já foram editados 6 números, sem uma periodicidade definida) têm como objetivo dividir temas polêmicos, contribuindo com a formação dos militantes, no sentido de se atualizarem e se prepararem para o debate.

Em breve deverá sair o CADERNO Nº 08 - cujo eixo é a questão ecológica.

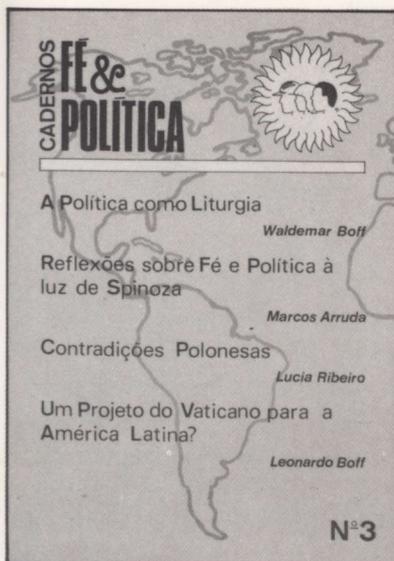
O endereço para quem quiser adquirir os Cadernos Fé & Política é o seguinte:

MOVIMENTO FÉ & POLÍTICA - Caixa Postal 90.581 - 25680
- Petrópolis - RJ - Secretária dos Cadernos: falar com Maristela ou Denise - tel. (0242)42-2462.

Lembramos também que os Cadernos Fé & Política podem receber textos de todos aqueles que queiram contribuir. Portanto, se você tem algum texto dentro da temática dos Cadernos Fé & Política (nº 6, 7 e 8), ou mesmo algum texto para aproveitamento futuro, envie para o endereço do MF&P.

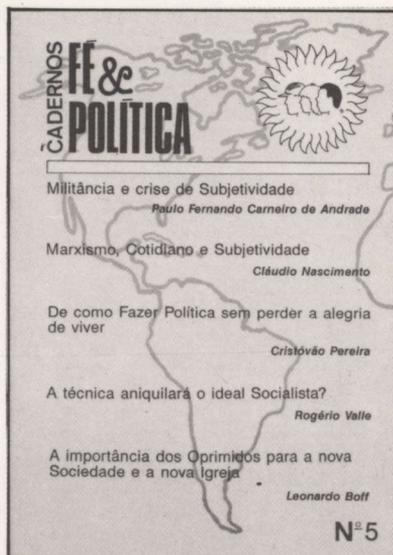
Claudio Vereza colocou ainda que o MF&P vive hoje um momento de tensão. De um lado existe a preocupação de não se constituir enquanto "Movimento", com uma estrutura pesada. De outro lado existe a necessidade de se ter uma mínima organização para que seja possível encaminhar as decisões de assembléias e mesmo a elaboração dos Cadernos.

No meio disso tudo existe uma certeza: o MF&P quer ser um abastecimento para a militância e não um espaço a mais para o militante trabalhar.



CADERNOS DE FÉ & POLÍTICA - Nº 3

- A Política como Liturgia / Waldemar Boff
- Reflexões sobre Fé e Política à Luz de Spinoza / Marcos Arruda
- Contradições Polonesas / Lucia Ribeiro
- Um Projeto do Vaticano para a América Latina? / Leonardo Boff



CADERNOS DE FÉ & POLÍTICA - Nº 4

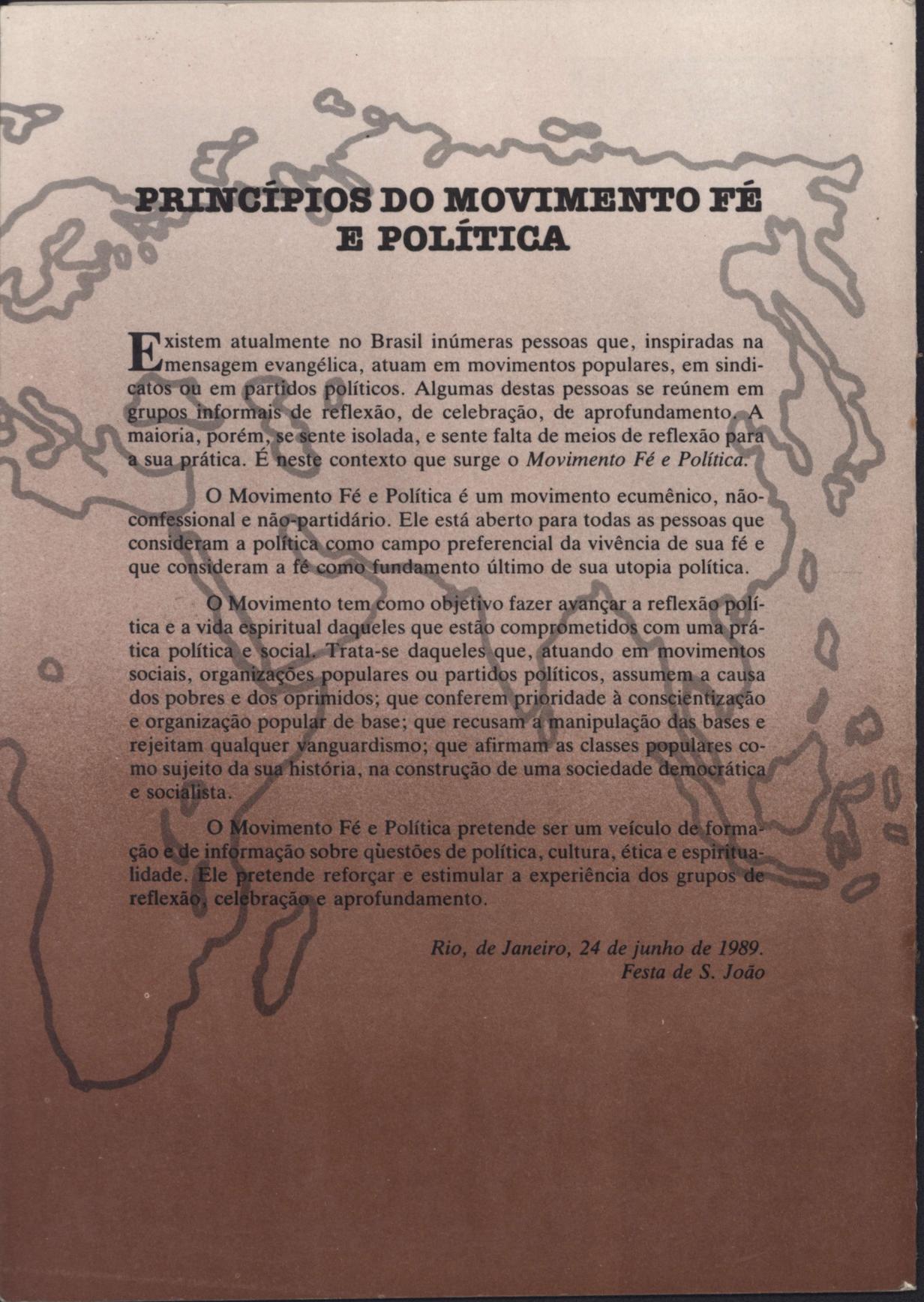
- II Seminário sobre Fé & Política / Sinivaldo S. Tavares
- Fim do Socialismo? / Ivo Lesbaupin
- O Fracasso do Socialismo Alemão e os Desafios à Esquerda / Fr. Betto
- O que aconteceu com a Nicarágua Sandinista? / Marcos Arruda
- Contribuição ao Debate sobre "ESTADO E SOCIEDADE" / Isabel Assis R. de Oliveira

CADERNOS DE FÉ & POLÍTICA - Nº 5

- Militância e crise de Subjetividade / Paulo Fernando Carneiro de Andrade
- Marxismo, Cotidiano e Subjetividade / Cláudio Nascimento
- De como Fazer Política sem perder a alegria de viver / Cristóvão Pereira
- A técnica aniquilará o ideal Socialista? / Rogério Valle
- A importância dos Oprimidos para a nova Sociedade e a nova Igreja / Leonardo Boff

CADERNOS DE FÉ & POLÍTICA - Nº 6

- Relatório do Retiro e Assembléia do MF&P - Capão Redondo (SP), Maio de 1992 / Pedro A. Ribeiro de Oliveira
- Rumo a uma democracia ecológico-social / Leonardo Boff
- Democracia na Igreja Católica? / Pedro A. Ribeiro de Oliveira
- Democracia e Forças Armadas no Brasil / Sergio Murillo Pinto
- Espaço Eclesial e Espaço Político - reflexões de um cristão / Celso Pinto Carias
- Em destaque com exclusividade:
 - Entrevista a Lula por Frei Betto
 - Entrevista ao sindicalista Tarcísio Seccoli por Pe. Luciano Marine



PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO FÉ E POLÍTICA

Existem atualmente no Brasil inúmeras pessoas que, inspiradas na mensagem evangélica, atuam em movimentos populares, em sindicatos ou em partidos políticos. Algumas destas pessoas se reúnem em grupos informais de reflexão, de celebração, de aprofundamento. A maioria, porém, se sente isolada, e sente falta de meios de reflexão para a sua prática. É neste contexto que surge o *Movimento Fé e Política*.

O Movimento Fé e Política é um movimento ecumênico, não-confessional e não-partidário. Ele está aberto para todas as pessoas que consideram a política como campo preferencial da vivência de sua fé e que consideram a fé como fundamento último de sua utopia política.

O Movimento tem como objetivo fazer avançar a reflexão política e a vida espiritual daqueles que estão comprometidos com uma prática política e social. Trata-se daqueles que, atuando em movimentos sociais, organizações populares ou partidos políticos, assumem a causa dos pobres e dos oprimidos; que conferem prioridade à conscientização e organização popular de base; que recusam a manipulação das bases e rejeitam qualquer vanguardismo; que afirmam as classes populares como sujeito da sua história, na construção de uma sociedade democrática e socialista.

O Movimento Fé e Política pretende ser um veículo de formação e de informação sobre questões de política, cultura, ética e espiritualidade. Ele pretende reforçar e estimular a experiência dos grupos de reflexão, celebração e aprofundamento.

Rio, de Janeiro, 24 de junho de 1989.

Festa de S. João